



RELATÓRIO ANUAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DO EXERCÍCIO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2021



Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA

Av. Julius Nyerere, nº4003

Tel. 21 498257, 21 498260 – Fax: 21 498262

www.cmh.co.mz

Maputo, Moçambique

Demonstrações Financeiras **do exercício findo em 30 de Junho de 2021**

Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, S.A

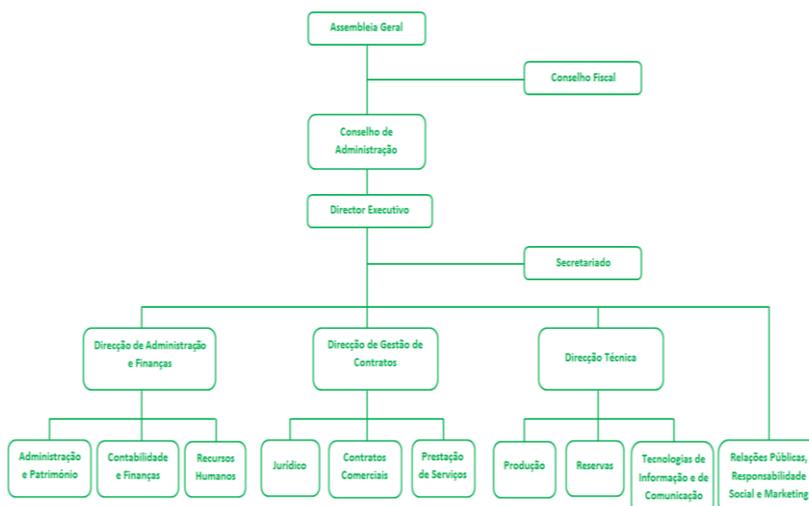
ÍNDICE

	PÁGINA
I. INFORMAÇÃO CORPORATIVA	4
II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	5
III. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES	6
IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES	39
V. RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES	40
VI. DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	45
VII. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	46
VIII. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	47
IX. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	48
X. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	49

I. INFORMAÇÃO CORPORATIVA

Nome da Entidade:	Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH,SA)		
Número de Registo Comercial:	13 259		
Número Único de Identificação Tributária (NUIT):	400 102 961		
Conselho de Administração:	Conselho Fiscal:	Assembleia Geral:	
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Arsénio Mabote (Presidente) ▪ Fernando Faustino (Administrador) ▪ Fahim Mahomed (Administrador) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Miquelina Menezes (Presidente) ▪ Bruno Munguambe (Primeiro Vogal) ▪ Filipe Masquil (Segundo Vogal) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fortunato Albrinho (Presidente) ▪ Marta Pecado (Secretária) ▪ Iolanda Matsinhe (Secretária) 	
Director Executivo:	Joaquim Veríssimo		
Acionistas:	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (70%) ▪ Governo de Moçambique (20%) ▪ Investidores Privados Nacionais (10%) 		
Capital Social:	MT 593 411 500 (USD 25 286 649)		
Número de Acções:	5 934 115 (593 411 de acções cotadas na Bolsa de Valores de Moçambique)		
Auditores:	KPMG Auditores e Consultores, S.A.		
Endereço:	Av. Julius Nyerere, n° 4003, Bairro da Polana Caniço "A" Maputo – Moçambique		
Bancos:	Standard Bank da Africa do Sul, Barclays Moçambique e FNB Moçambique		
País de Constituição:	A CMH, SA foi constituída de acordo com as Leis de Moçambique.		
Visão da CMH:	Assegurar a óptima utilização do recurso gás natural, no presente e futuro, e sua infra-estrutura, através da optimização das suas operações e assegurar/prover acesso de mais gás ao mercado Moçambicano.		
Missão da CMH:	Maximizar o valor para os acionistas, resultante dos investimentos realizados na produção de gás natural, nos campos de Pande e Temane, em total cumprimento dos direitos e obrigações contratuais.		

Estrutura da CMH:



II. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Temos o prazer de apresentar o Relatório Anual e as Demonstrações Financeiras auditadas do exercício findo a 30 de Junho de 2021.

Este exercício financeiro foi caracterizado por baixos preços de petróleo no mercado internacional devido aos efeitos da pandemia de Covid-19, tendo afectado negativamente as nossas receitas.

Pode-se verificar, através das Demonstrações Financeiras, que a CMH reportou um total do rendimento integral positivo (lucro líquido) de USD 11 410 927, o que representa uma redução acentuada de cerca de 54% quando comparado com os resultados do exercício financeiro de 2020.

Um dos principais desafios é a disponibilidade de reservas provadas, para assegurar o fornecimento de gás ao abrigo dos contratos assinados. Precisamos de investir urgentemente em projectos adicionais, tanto de compressão de gás, como de furos para recuperar mais gás dos reservatórios de Pande e de Temane, a fim de aumentar os respectivos volumes a serem fornecidos, por forma a cobrir a quantidade total contratada, mitigando deste modo, o défice de reservas.

Importa mencionar que a empresa tem alguns desafios técnicos e operacionais em termos de investimento em novos furos para sustentar o *plateau* e restaurar os furos de produção, que têm registado problemas de integridade, a fim de manter a actual capacidade de produção de gás, para satisfazer os contratos assinados. Não obstante os contragimentos referidos, continuamos comprometidos em pagar níveis satisfatórios de dividendos aos nossos accionistas, tendo sido já pagos todos os dividendos declarados.

No dia 29 de Setembro de 2020, realizou-se a Assembleia Geral Ordinária em que os accionistas da CMH aprovaram a distribuição de 75% do lucro líquido apurado no exercício financeiro de 2020. Portanto, no presente exercício, a CMH pagou aos seus accionistas um montante total de USD 18 578 217 de dividendos, sendo que USD 11 181 425 foram pagos no dia 27 de Outubro de 2020 e USD 7 396 792 foram pagos no dia 13 de Abril de 2021.

Relativamente aos impostos e contribuições, a CMH pagou um montante total de USD 25 974 153 ao Estado, dos quais 94% representam imposto sobre o rendimento de pessoas colectivas (IRPC), 5% impostos sobre rendimentos de pessoas singulares (IRPS) e 1% contribuições destinadas à segurança social (INSS).

Durante este ano financeiro, a CMH continuou a observar a política de investimentos a curto prazo dos fundos que constituem reservas nas contas *onshore* e *offshore*, tendo obtido juros razoáveis que melhoraram os resultados financeiros quando comparados com o ano financeiro 2020.

No que refere à Responsabilidade Social Empresarial (RSE), a CMH continua a dar o seu contributo para os projectos sociais no âmbito das Operações Conjuntas, bem como, através de contribuições directas. No âmbito das Operações Conjuntas, a CMH contribuiu com um montante de USD 635 679 e directamente com um montante total de USD 660 123 para a implementação de projectos sociais que visam complementar o esforço do Governo na promoção do desenvolvimento e bem-estar das comunidades moçambicanas. De realçar que a pandemia de Covid-19 teve um impacto negativo nas actividades de responsabilidade social. No entanto, esforços estão sendo feitos para garantir o retorno de nossas intervenções com segurança.

No âmbito das Operações Conjuntas, no que diz respeito ao conteúdo local, temos o compromisso de continuar a implementar iniciativas que garantam a participação e o desenvolvimento local, promovendo oportunidades de negócios, privilegiando as entidades de capitais moçambicanos.

No mercado de valores mobiliários - Bolsa de Valores de Moçambique (BVM), as acções da CMH continuaram a ser transaccionadas. Durante este ano financeiro, verificou-se uma variação do preço da acção da CMH de 2 750 Meticias para 3 500 Meticais tendo atingido o preço de 4 600 Meticais em Dezembro de 2020.

A CMH continua a fortalecer a sua estrutura organizacional e, neste contexto foi nomeado recentemente, um novo Director Executivo.

Em termos de formação profissional continuamos a dar muita atenção às necessidades dos

colaboradores. Devido a pandemia da Covid-19, as acções de formação presencial foram suspensas e substituídas pelas acções virtuais.

Em cumprimento do protocolo sanitário e, no âmbito da calamidade pública decretada pelo Governo, a CMH continuou a desenvolver um conjunto de acções com vista a reduzir o risco de contaminação no local de trabalho, encorajando os colaboradores na adesão recomendável de medidas de prevenção e combate a esta pandemia, tendo providenciado condições de trabalho adequadas.

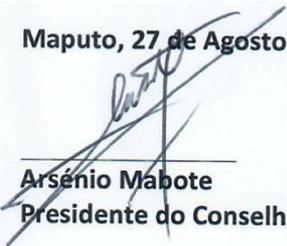
Em termos de segurança, saúde e meio ambiente, temos o prazer de continuar a reportar que o operador tem atingido nível de desempenho satisfatório.

Continuamos a honrar todos os nossos compromissos observando as boas práticas de gestão relacionadas aos dividendos, impostos e outras obrigações, numa base regular.

Continuamos comprometidos com a transparência, integridade e o combate à qualquer tipo de negligência, fraude ou corrupção no nosso negócio. Todos os nossos relatórios anuais são divulgados através do jornal de maior circulação publicado no país e na nossa página da internet.

Concluindo, gostaríamos de estender a nossa sincera gratidão e apreço a todos aqueles que acreditam em nós e que têm apoiado a nossa empresa, durante os tempos difíceis, mormente os membros do Governo moçambicano, os nossos accionistas e parceiros, que sempre nos encorajaram a continuar a construir esta empresa como o veículo da participação de moçambicanos no empreendimento de gás natural de Pande & Temane.

Maputo, 27 de Agosto de 2021



Arsénio Mabote
Presidente do Conselho de Administração

III. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CMH tem a honra de apresentar as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Conselho de Administração relativos ao exercício financeiro findo em 30 de Junho de 2021.

1. Natureza do Negócio e Actividades Principais

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (CMH) é a parceira Moçambicana no Consórcio (*JO - Joint Operation*) do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane (PGN). São parceiros da operação conjunta, a Sasol Petroleum Temane (SPT) é a operadora dos campos de gás de Pande e Temane e, é uma entidade Moçambicana subsidiária da Sasol Exploration and Production International (SEPI), com participação de 70%. As não-operadoras são a Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH), que é uma subsidiária da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), empresa pública, com participação de 25%, e o International Finance Corporation (IFC), membro do Grupo Banco Mundial, com participação de 5%.

A operação conjunta (Consórcio) está a gerir e desenvolver os campos de gás natural de Pande e Temane, em Inhambane (Moçambique) e a Central de Processamento (CP). O gás natural e o condensado são produzidos nos campos de Temane, desde Fevereiro de 2004, e em Pande, desde Junho de 2009. O gás depois de processado na CP é, então, transportado através dum gasoduto de 865 km de comprimento, de transmissão subterrânea, transfronteiriço até a terminal da Sasol Gas em Secunda, na África do Sul e na parte moçambicana o gasoduto compreende cinco pontos de toma para o mercado doméstico.

No projecto inicial, a CP havia sido projectada para produzir 120 MGJ/a para vender a Sasol Gas, cliente âncora, através do Primeiro Contrato de Venda de Gás (GSA 1). Em Março de 2007, os parceiros acordaram em expandir a produção de Pande e Temane e da CP em Temane para aumentar a capacidade existente de produção de gás e de vendas em 50% e aumentar a capacidade das instalações de produção de 120 MGJ/a para 183 MGJ/a. Da capacidade adicional de 63 MGJ/a, 27 MGJ/a foi atribuída à Sasol Gas, através do Segundo Contrato de Vendas de Gás (GSA 2), 27 MGJ/a foi atribuído aos seguintes projectos elegíveis

no mercado moçambicano: ENH KOGAS com 6 MGJ/ano, Central Térmica de Ressano Garcia (CTRG) com 11 MGJ/ano, Matola Gas Company (MGC) com 8 MGJ/ano e, em 2015, foi atribuído à ENH um adicional de 2 MGJ/a e um total de 9 MGJ/a foi reservado para o imposto sobre a produção de gás em espécie a ser pago ao Governo Moçambicano. O condensado produzido é vendido à Petromoc na CP e, presentemente, é transportado para o porto da Matola.

De modo a cumprir com as obrigações contratuais de fornecimento de gás, houve necessidade de se aumentar a capacidade de processamento das instalações da CP de 183 para 197 MGJ/ ano, através de uma despesa de capital mínimo, efectuando pequenas modificações das instalações para que seja implementado o projecto de “*Debottlenecking*” na CP.

Como parte da extensão do período do *plateau*, foi executada a primeira fase de compressão de baixa pressão, tendo o projecto alcançado o seu fecho durante o ano financeiro de 2017. Os testes para funcionamento (RFC) da segunda fase e o início das operações (BO) foram alcançados em Setembro de 2018. Os testes de funcionamento (RFC) e o início das operações (BO) da terceira fase do projecto de compressão de baixa pressão (LPC) foram alcançados em 2019 e o projecto foi concluído.

No AF19, o primeiro furo horizontal do PPA (Pande - 27), para sustentar o *plateau (infill wells)* de 197MGJ / ano, foi perfurado com sucesso.

No AF20, iniciou a campanha de perfuração (MERIC) com objectivo de restaurar a integridade dos furos e perfurar novos furos (*infill wells*). O objectivo do projecto de Restauração da Integridade dos furos, é de reparar determinados furos de produção por meio de “*workover*” e abandonar permanentemente (P&A) outros furos de produção que representam riscos de segurança para a produção. O projecto de perfuração dos furos (*infill wells*) visa otimizar a recuperação das reservas de gás existentes e auxiliar no cumprimento das obrigações contratuais do PPA em vigor. No entanto, as operações foram suspensas devido às restrições da Covid 19. O reinício das operações está previsto para Agosto de 2021.

2. Resultados e actividades no âmbito do Consórcio (JO)

2.1 Resultados obtidos no âmbito do Consórcio

Os resultados operacionais da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos (CMH) do exercício findo a 30 de Junho de 2021, pela sua participação no Consórcio de Pande e Temane (25%) é de USD 51 431 987, conforme segue:

(USD)

Demonstração de Resultados - CMH 25%	AF21	AF20
	1 Julho a 30 Junho	1 Julho a 30 Junho
Receita bruta	66 513 342	88 405 223
Vendas: Gás Natural	64 826 911	86 659 892
Vendas: Condensado	1 686 431	1 745 331
Royalties (Gás Natural e Condensado)	(1 120 555)	(991 267)
Receita líquida após royalties	65 392 787	87 413 956
Despesas operacionais relacionadas à operação conjunta	(13 960 800)	(14 435 388)
Resultados operacional da CMH na operação conjunta	51 431 987	72 978 568

O resultado operacional da CMH no Consórcio diminuiu 30% em relação ao exercício de 2020 (AF20). Esta redução é explicada pelos preços baixos de petróleo no mercado internacional aliada ao impacto negativo da pandemia da Covid-19.

2.1 Produção e Vendas de Gás Natural e Condensado

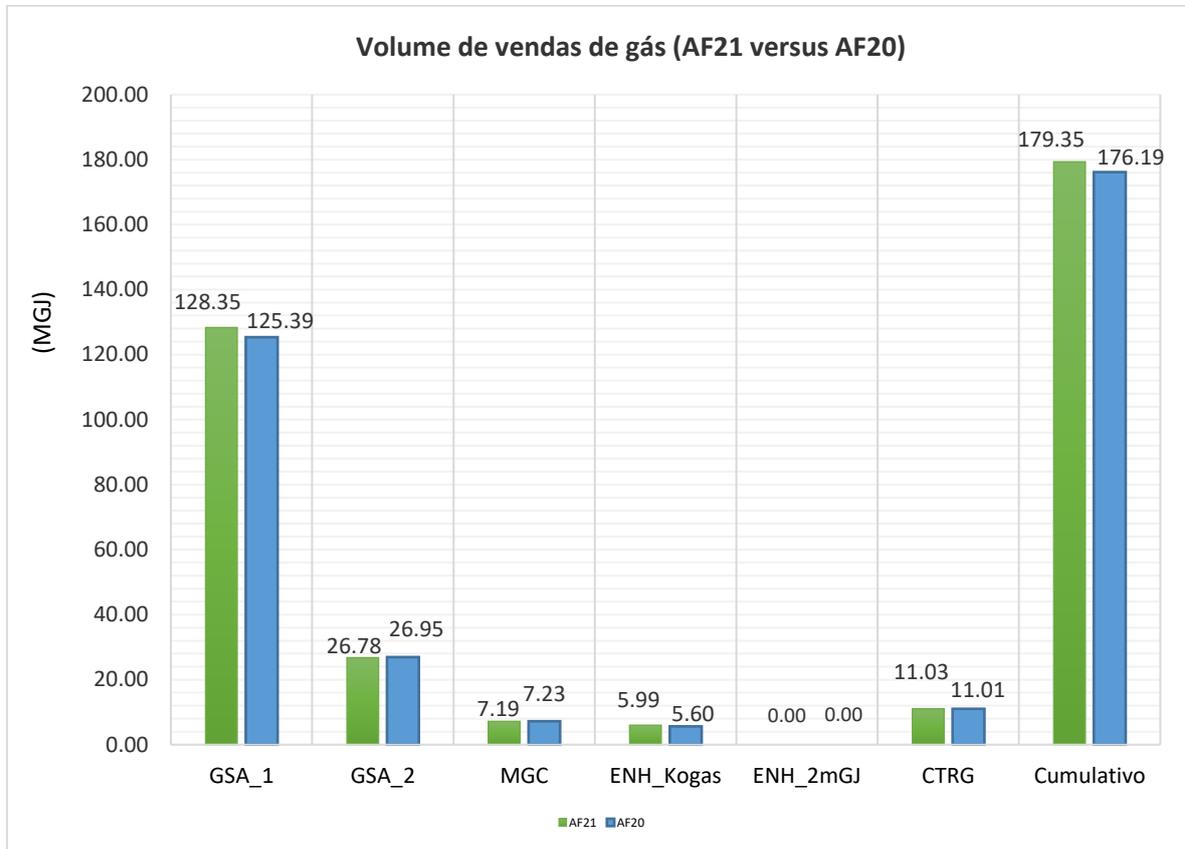
2.2.1 Vendas de Gás Natural e Condensado

O volume de Gás Natural e Condensado vendido no ano financeiro 2021 (AF21), findo a 30 de Junho de 2021, é o seguinte:

Volume de vendas da operação conjunta (100%)	Unidade	AF21	AF20	Variação
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gás Natural - GSA 1	MGJ	128.35	125.39	2.36
Gás Natural - GSA 2	MGJ	26.78	26.95	-0.63
ENH-kogas	MGJ	5.99	5.60	7.02
MGC	MGJ	7.19	7.23	-0.62
CTRG	MGJ	11.03	11.01	0.19
GSA ENH 2mGj	MGJ			
Cumulativo das vendas de gás	MGJ	179.35	176.19	1.80
Condensado	Bbl	281,456.84	295,621.14	-4.79
Imposto sobre a produção de petróleo	Unidade	AF21	AF20	Variação
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gas levado em espécie	MGJ	5.05	6.23	-18.94
Preço médio de vendas	Unidade	AF21	AF20	Variação
		1 de Julho a 30 de Junho	1 de Julho a 30 de Junho	(%)
Gás Natural - GSA 1 (a)	USD/GJ	1.54	2.16	-28.70
Gás Natural - GSA 2	USD/GJ	1.35	1.92	-29.69
ENH-kogas	USD/GJ	1.92	1.92	0.00
MGC	USD/GJ	1.35	1.92	-29.69
CTRG	USD/GJ	2.58	2.59	-0.39
GSA ENH 2mGj	USD/GJ			
Condensado	USD/Bbl	23.97	21.64	10.77

(a) – inclui gás em excesso.

O gráfico abaixo ilustra os resultados apresentados na tabela acima em termos de volume de vendas de gás (AF21 versus AF20).



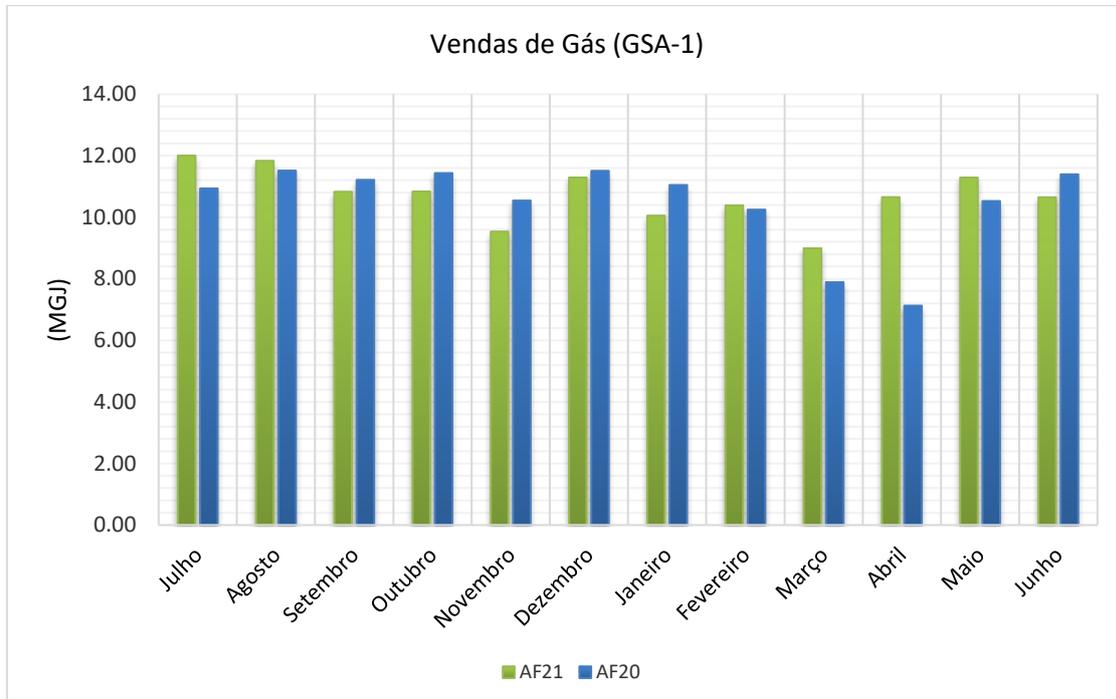
Como se pode ver a partir da tabela acima, o volume total de vendas de gás natural no ano financeiro 2021 (AF21) em média foi 1.80% superior em relação ao período anterior de 2020, devido às seguintes razões:

- Verificaram-se maiores encomendas por parte das compradoras Sasol Gas ao abrigo do GSA 1 e de alguns contratos domésticos (ENH KOGAS & CTRG). No entanto, no geral, os volumes de vendas foram menores quando comparado ao orçamentado (181.32 MGJ) durante o período em análise, devido ao facto da Central de Processamento (CP) ter sofrido vários problemas operacionais em unidades-chaves, bem como a limitação no fornecimento de gás a partir dos campos como resultado de furos encerrados, devido ao atraso verificado na renovação das respectivas concessões. Além disso, houve restrições na capacidade dos furos devido ao atraso do reinício da campanha de perfuração MERIC, causado pelas restrições impostas pela pandemia da covid-19, que também contribuíram para menores volumes totais de venda que em algum período do ano, os parceiros do consórcio foram

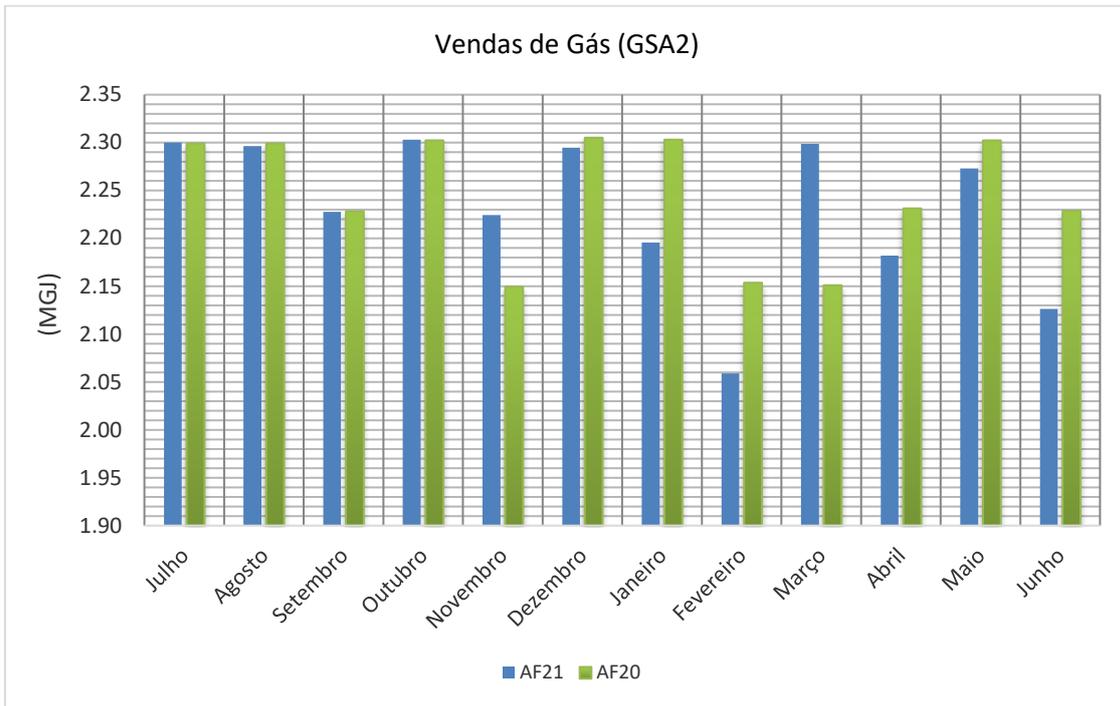
penalizados pelo incumprimento da obrigação de disponibilização de gás adequadamente encomendado.

- Não houve registo de encomendas de fornecimento de gás desde o mês de Setembro de 2017 nos termos do contrato da ENH-2mGJ, devido ao facto do Contrato da ENH continuar suspenso, o que contribuiu negativamente nas encomendas totais.
- Durante o período em apreço, uma manutenção de rotina foi levada a cabo para minimizar avarias no equipamento de produção, com o objectivo de reduzir paragens de produção na planta. Contudo, houve avarias de equipamento e paragens de produção, que resultaram em perdas de produção na CP, conforme descrito mais adiante na secção 2.4.2 (operações na Central de Processamento).

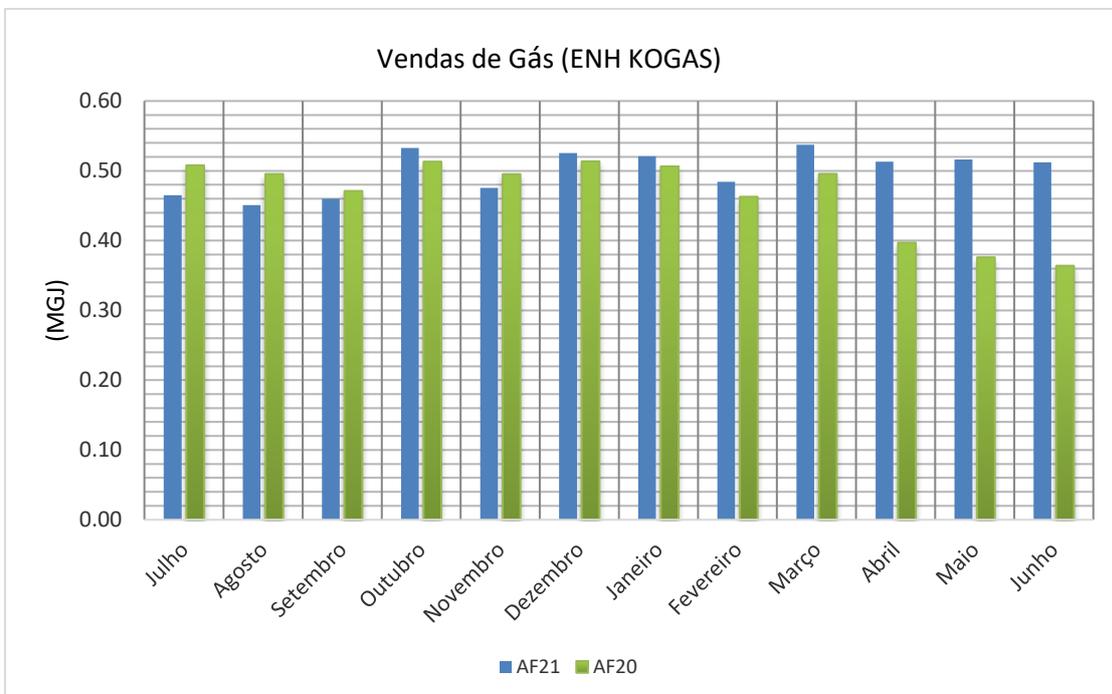
Os gráficos a seguir mostram a evolução da produção de gás e dos preços durante o ano financeiro 2021 (AF21) em relação ao período anterior de 2020 (AF20) tanto para o gás natural, como para o condensado.



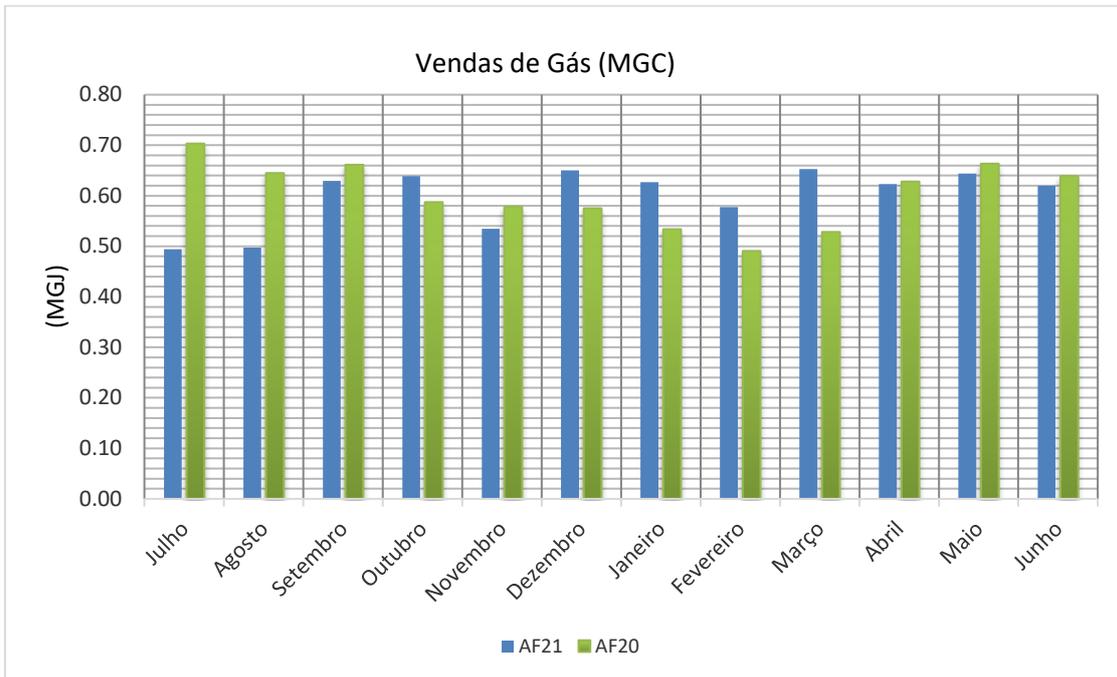
Pode-se ver no gráfico acima que no AF21, o volume de vendas de gás do contrato GSA1 foi 2.36% superior em relação ao AF20, devido a maiores encomendas de gás por parte da Sasol Gas.



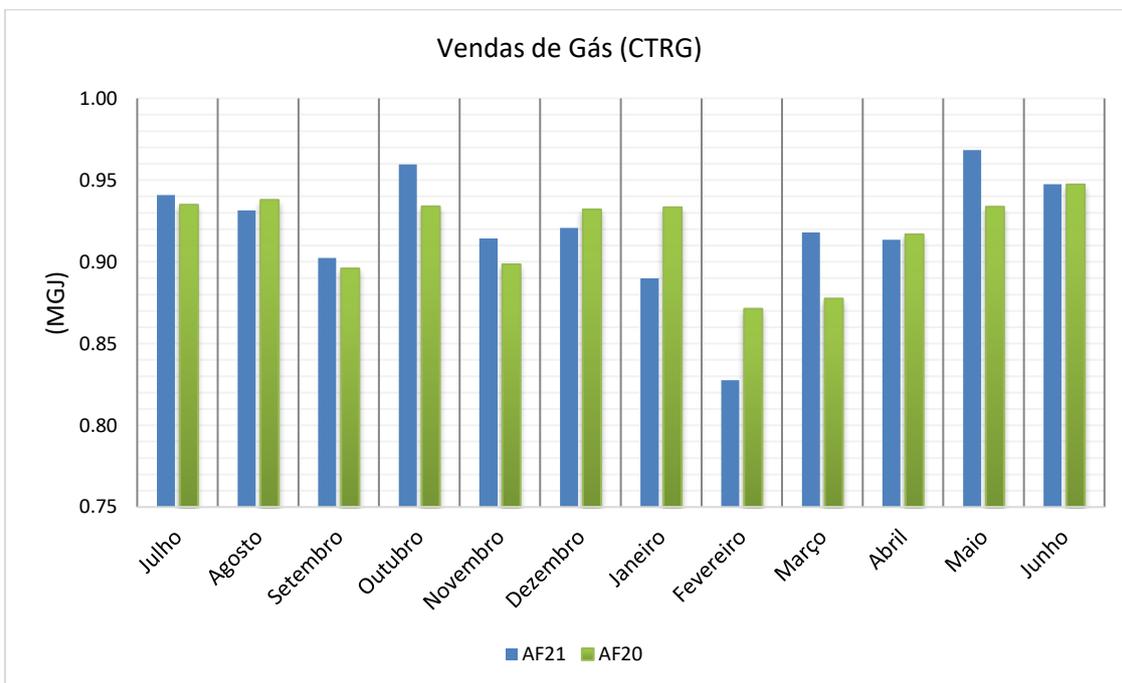
O volume de vendas de gás nos termos do contrato GSA2, no AF21 foi 0.63% inferior em relação ao período anterior (AF20), devido a menores encomendas de gás por parte da Sasol Gas.



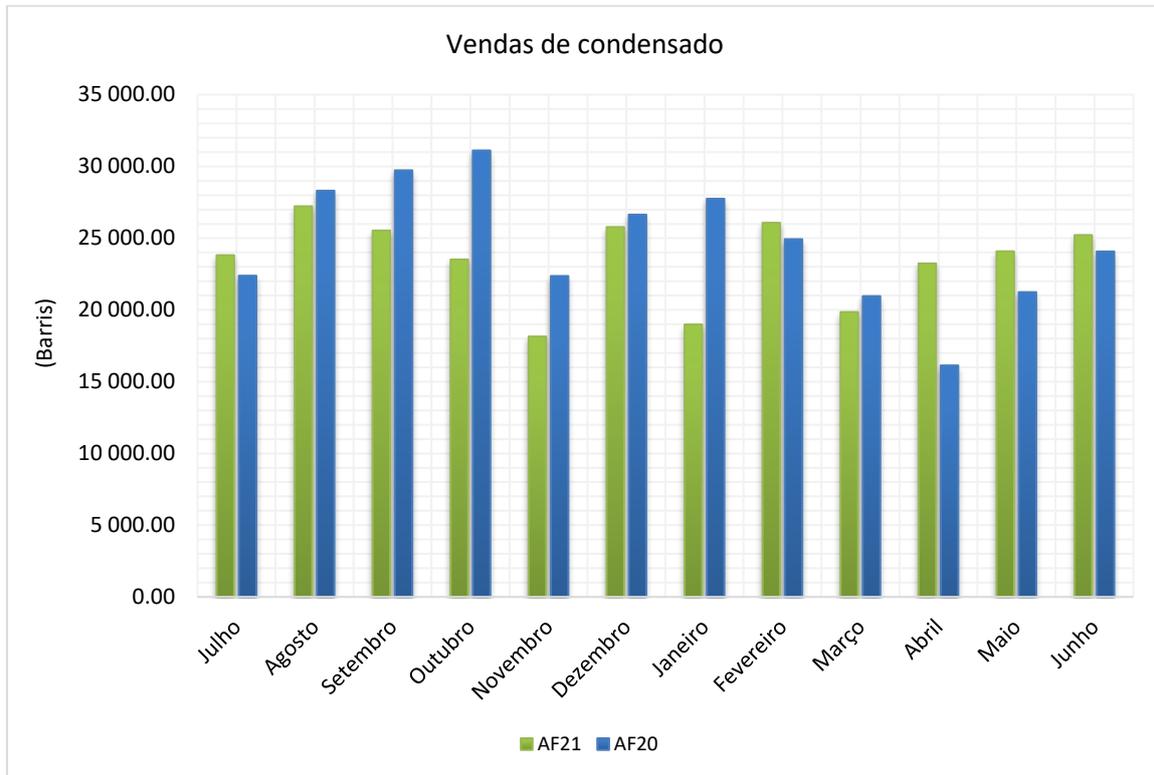
O volume de vendas de gás nos termos de contrato da ENH-KOGAS no AF21 foi 7.02% superior em relação a igual período do AF20, devido a maiores encomendas de gás por parte da ENH-KOGAS.



O volume de vendas de gás nos termos de contrato da MGC do AF21 foi 0.62% inferior em relação a igual período do AF20, devido a menores encomendas de gás por parte da MGC.



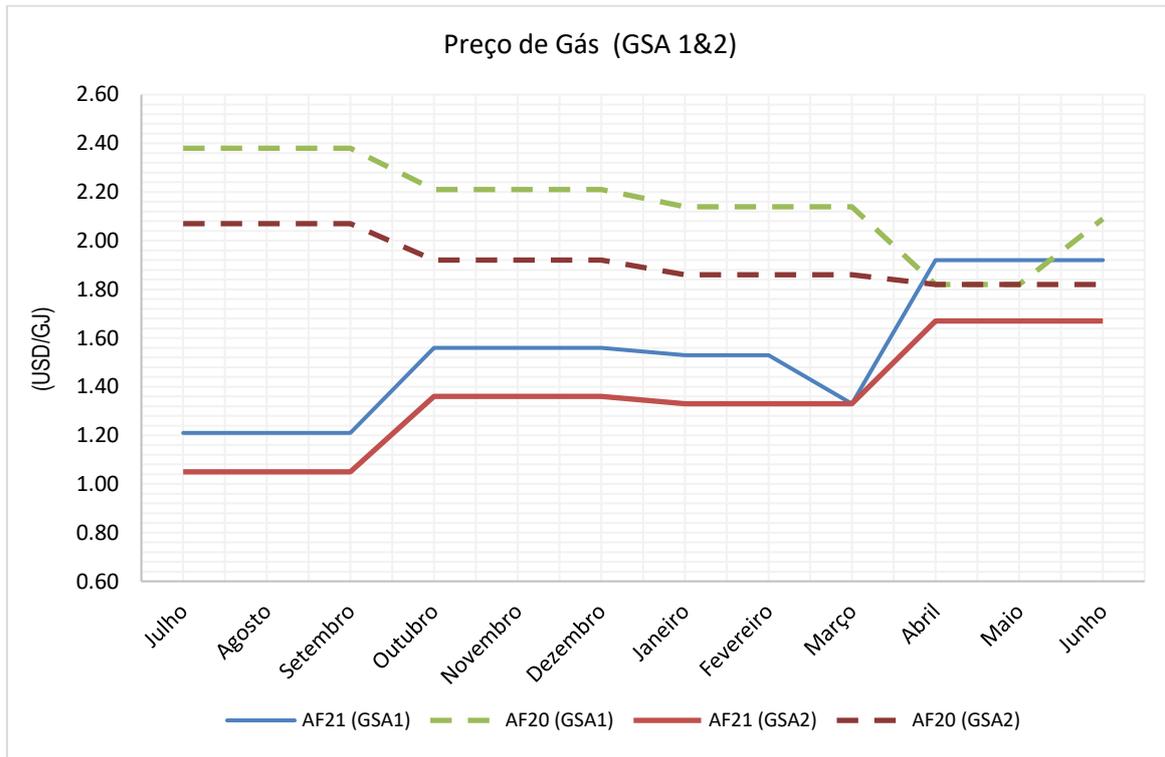
O volume de vendas de gás nos termos de contrato da CTRG do AF21 foi 0.19% superior em relação a igual período do AF20, devido a maiores encomendas de gás por parte da CTRG.



Em termos de condensado, registou-se um volume de vendas inferior para o AF21 na ordem de 4.79% em relação ao período anterior (AF20), devido ao facto da maior parte da produção ser proveniente dos furos de Pande, que contém poucos líquidos em comparação aos furos de Temane. Além disso, os rácios de produção de condensado versus gás tem diminuído devido à deplecção da pressão dos reservatórios, aliado ao facto de ter havido modificações na planta de processamento, através da instalação de compressores de baixa pressão em diferentes fases.

2.2.2 Preço de Gás Natural e Condensado

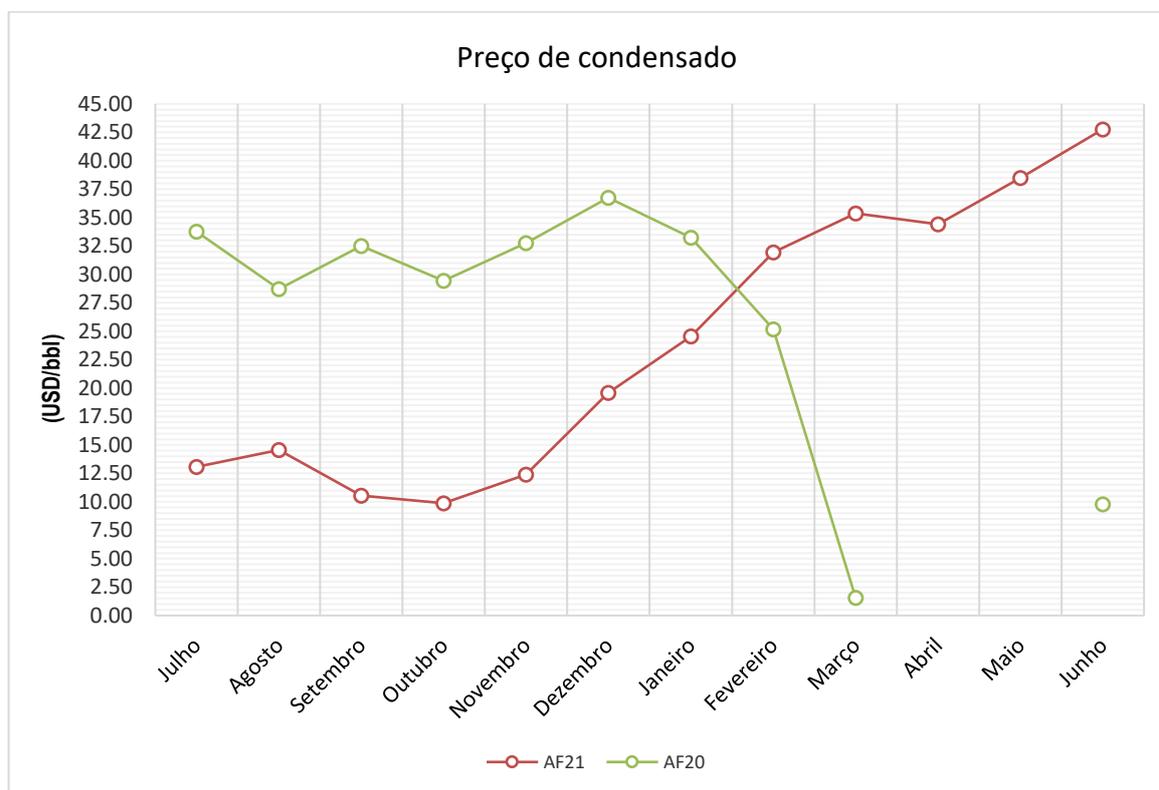
No geral, os preços de venda do gás natural para os 12 meses findos em 30 de Junho de 2021 foram inferiores comparativamente ao AF20, devido à variação negativa dos indicadores de preço durante o período em análise. O preço praticado para a venda de condensado para os 12 meses findos em 30 de Junho de 2021 foi superior comparativamente ao ano anterior (AF20), devido ao aumento de preços do Petróleo bruto (Brent) no mercado internacional durante o período em apreço.



- A média ponderada do preço de gás natural para o GSA1 (incluindo as quantidades encomendadas em excesso) foi de USD1,54 por GJ, o que representa um decréscimo de 28,70% comparado com o AF20 (USD2,16 por GJ), devido à variação negativa dos indicadores de preço, durante o período em apreço.
- A média ponderada do preço de gás natural para o GSA2 foi de USD1,35 por GJ que é 29,69% inferior em relação ao AF20 (USD1,92 por GJ), devido à variação negativa dos indicadores de preço, durante o período em apreço.

Em relação aos contratos de venda de gás doméstico a variação é a seguinte:

- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato com a ENH-KOGAS foi de USD1,92 por GJ que está em concordância com o preço do período anterior (AF20).
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato com a MGC foi de USD1,35 por GJ que é 29,69% inferior em relação ao AF20 (USD1,92 por GJ), devido à variação negativa dos indicadores de preço, durante o período em apreço.
- A média ponderada do preço de gás natural para o contrato com a CTRG foi de USD2,58 por GJ que é 0,39% inferior em relação ao AF20 (USD2,59 por GJ), devido à variação negativa dos índices de produção dos Estados Unidos (USA PPI).



- A média ponderada de preço de condensado no âmbito da Venda de Hidrocarbonetos Líquidos foi de USD23,97 por barril que é 10,77% superior ao preço praticado no AF20 (USD21.64 por barril), devido principalmente, ao aumento dos preços do petróleo bruto (Brent) no mercado internacional.

2.3 Imposto sobre a produção de petróleo (Royalty)

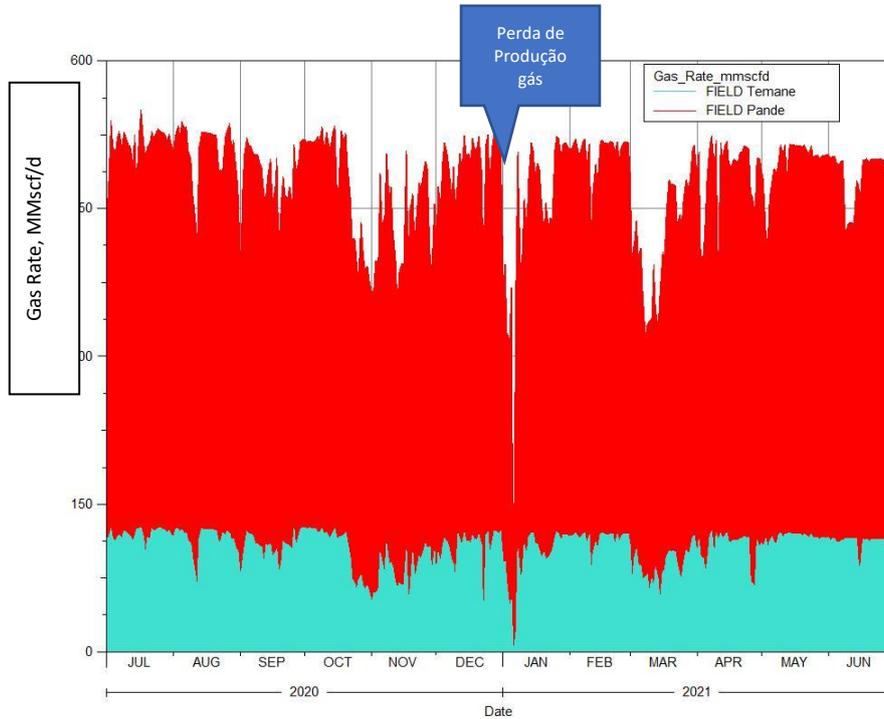
O imposto sobre a produção do petróleo, levado em espécie pela Matola Gas Company (MGC), Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) e pela Kuvaninga no AF21 foi 18,94% inferior em relação ao gás levado no período anterior de AF20. Isto deveu-se à redução do consumo do gás doméstico durante o período em apreço.

2.4 Revisão das Operações

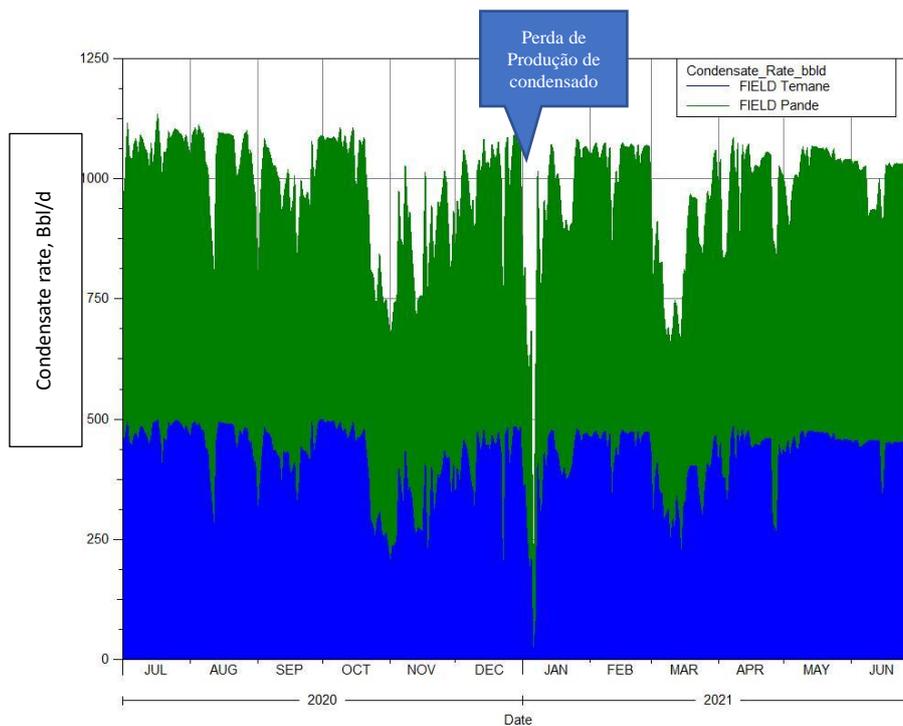
2.4.1 Operações nos campos de gás

Os gráficos a seguir visualizam o perfil médio de produção diária de Gás e Condensado do AF21.

Produção média diária de Gás nos reservatórios Pande G6 e Temane G9, de 01 de Julho de 2020 a 30 de Junho de 2021



Produção média diária de condensado nos reservatórios Pande G6 e Temane G9 de 01 de Julho de 2020 a 30 de Junho de 2021



- A produção média de gás do PPA no ano financeiro 2021 (AF21) foi de 479 MMscf/d (Milhões de pés cúbicos por dia), que corresponde a um aumento de 2% em relação ao ano anterior (AF20). Houve um aumento de produção na ordem de 8 MMscf/d, com os rácios médios de contribuição de 22% e 78% para os campos de Temane e Pande, respectivamente.
- A produção média total de condensado no AF21 foi de 770 Bbl/d (Barris por dia), que corresponde a um decréscimo de 6% em relação ao ano anterior.
- A produção de condensado baixou em 46 Bbl/d comparado ao mesmo período do AF20, devido ao rácio de produção de condensado versus gás (CGR) que tem vindo a diminuir com o tempo, face à queda da pressão nos reservatórios, bem como, as alterações na CP através da instalação em diferentes fases de compressores de baixa pressão na central de processamento (CP).
- De acordo com os gráficos apresentados acima, verifica-se que nos dias 6 e 7 de Janeiro houve uma perda de produção de gás, devido a uma paragem de produção não planificada na CP, causada por uma avaria operacional na planta.

Monitoria do reservatório e desempenho dos campos de produção

Conforme mencionado nos nossos relatórios anteriores, a maioria dos furos de Pande e Temane estão ainda a enfrentar problemas de integridade, e houve a necessidade de realizar actividades de perfuração em alguns dos furos no AF21, conforme mencionado abaixo.

No âmbito das actividades de monitoria dos reservatórios e avaliação do desempenho dos campos, foram feitas as seguintes operações:

- Remoção dos fragmentos da válvula de segurança que se quebrou no interior do furo durante a operação de acabamento da parte superior do furo. Esta operação teve um resultado positivo ao reduzir a uma queda de pressão de cerca de 15 psi. O desempenho do furo Pande-27 melhorou com um aumento de produção de cerca de 2MMscf/d.

- 10 furos de produção funcionaram sob alta supervisão, 6 furos foram fechados/suspensos por longo período devido a problemas de integridade dos furos, baixa produtividade e produção excessiva de água.
- 2 furos de produção foram selados e abandonados (P&A). O furo T-14 foi concluído em Fevereiro de 2020, seguido pelo furo T-9, cujaselagem e abandono (P&A) não foram concluídos, devido à suspensão das operações de perfuração resultantes do impacto negativo da COVID-19.
- O teste de monitoria de pressão (SGS-Static Gradient Survey) e os testes de fluxo (*Flow After- Flow-Build Up*), foram concluídos em 3 dos 5 furos produtivos (T-03, T-07 e T-10). Os furos P-27 e T-06 aguardam a sua intervenção para compensar as encomendas, quando os outros furos estiverem fechados.
- T-03, foi conduzido a um teste de pressão com nitrogênio para investigar a suspeita de líquidos na tubagem de produção, entre os dias 15 e 17 de Junho de 2021;
- O teste SGS foi concluído para os furos suspensos: T-04, T-11, T-13, AD-1 e T-15;
- Foi conduzido um teste de medição do fluxo de gás usando a técnica “**SONAR**” em todos furos produtivos de Pande e Temane, para se comparar com “*V-cone*”.
- T-23, é um furo de reinjeção de condensado. A reinjeção de emergência do condensado raramente ocorre, a principal razão para a referida re-injeicao deveu-se à instabilidade política que impediu o transporte do condensado para a Beira ou Maputo, tendo isto ocorrido em 2013 e 2014.

Após uma avaliação de risco em Novembro de 2019, foram suspensas as operações de reinjeção do condensado no furo Temane-23, devido a problemas operacionais o que levou à realização de alguns estudos a fim de encontrar soluções alternativas para a reinjeção do condensado conforme indicado a seguir:

Uma empresa de consultoria ambiental licenciada foi contratada para conduzir a avaliação ambiental de duas opções para evacuação do condensado em caso de emergência que são: a queima do condensado ou a proposta de um novo furo de reinjeção. O resultado do estudo realizado indicou que a opção de queima em terra, era a alternativa preferida, selecionada entre várias, com base no custo, Segurança, Saúde e Ambiente (SHE) e na facilidade de sua implementação sob ponto de vista operacional.

A queima do condensado não será contínua e só terá lugar no caso de perturbações na planta bem como na impossibilidade de evacuar o condensado não estabilizado da CP. A Decisão Final de Investimento está prevista para Abril de 2022.

Conforme o exposto acima, apenas 72% dos furos de produção de PPA estiveram em funcionamento e 28% foram fechados durante o período em análise, esta foi a razão pela qual a equipa de engenheiros de furos selecionou e recomendou que alguns dos furos tivessem que ser remediados e outros serem selados e abandonados. O plano de mitigação no âmbito da campanha de perfuração do AF21, foi adiado devido à pandemia da Covid-19.

Ainda no período em análise, também houve progresso no trabalho de avaliação de potenciais riscos de Segurança, Saúde e Ambiente (SS&A) devido a problemas de integridade de 8 furos antigos de pesquisa e avaliação na qual as operações anteriores de Selagem e abandono (P&A) não foram feitos de forma adequada pelo Operador durante a campanha de perfuração de 2007, pelo que, estão sob responsabilidade do consórcio, conforme o acordo do PPA. Os resultados dessa avaliação por via de “hot tapping” mostram que apenas 2 furos (Temane-2 e Pande-10), precisarão de uma remediação de selagem e abandono (P&A) para AF23 e AF25.

O Projecto de restauração da integridade dos furos e campanha de perfuração (MERIC)

As actividades de perfuração no âmbito do projecto MERIC (*Mozambique Exploration Remediation and Infill Campaign*) planificados para o AF20 em alguns furos, foram suspensos em 16 de Março de 2020 devido às restrições da COVID-19. A expectativa é retomar as operações em Agosto de 2021.

O objectivo do projeto de Restauração da Integridade dos furos, é reparar determinados furos de produção por meio de “workover” e abandonar permanentemente (P&A) outros furos de produção que representam riscos de segurança para a produção. O resumo das operações no âmbito do MERIC é o seguinte:

- T-9, P&A foi iniciado em 21 de Fevereiro de 2020 e as operações da plataforma foram suspensas em 15 de Março de 2020 devido às restrições de viagem por conta da COVID-19. O plano original de P&A para este furo foi revisto, a plataforma e o equipamento de controle do furo foram suspensos por mais de 8 meses, o que significa que o seu reinício exigirá desafios operacionais não convencionais de

remoção dos equipamentos no interior do furo devido à elevada incerteza das condições do furo. No entanto, essa operação exigirá custos adicionais para os parceiros do PPA. A retomada das operações da plataforma no T-9 prevê-se reiniciar em Agosto de 2021 (AF22).

- Em termos de operações de “*workover*”, as obras civis das linhas comuns do fluxo gás dos furos P-19 e P-15 estavam à 60% concluídas no momento da suspensão. O plano de operação de “*workover*” para esses furos irá reiniciar em Setembro e Novembro de 2021 (AF22).
- Durante o período em análise, foi feita uma avaliação de risco com relação ao “*workover*” do furo P-15, tendo em consideração que partilha a mesma linha de fluxo de gás com os furos P-20 e P-27, o qual mostrou um desafio em termos de obrigações de fornecimento de gás. No entanto, serão tomadas medidas de mitigação para evitar impactos negativos na produção de gás.

Outros projectos do PPA no âmbito do MERIC para otimizar a recuperação das reservas de gás existentes e auxiliar no cumprimento das obrigações contratuais do PPA para os contratos de vendas de gas (GSAs), incluem um plano para perfurar 5 novos furos (Tranche 1 e Tranche 2), conforme descrito abaixo:

- Os furos *Infills do PPA*, Tranche-1: consistem na perfuração de 2 novos furos em Pande G6, sendo que o Pande-27 já foi perfurado em 2018 e o “*infill Y*” está previsto para ser perfurado em Novembro de 2021 (AF22).
- Os furos *Infills do PPA*, Tranche-2: consistem na perfuração de 3 novos furos em Pande-G6 (La, Lb e Lc), o progresso das actividades é o seguinte: as estradas que dão acessos aos furos estão parcialmente construídas, as conexões no “*Manifold*” foram concluídas com sucesso, as linhas do fluxo de gás (*flowlines*) chegaram no campo de Pande e foram totalmente inspecionadas. Espera-se que esses furos sejam perfurados a partir de Janeiro de 2022 (AF22).

2.4.2 Operações na Central de Processamento (CP)

As operações na Central de Processamento (CP) foram relativamente estáveis durante o período reportado. As encomendas globais diárias foram alcançadas ao longo do período, sem exceder os 2% de entregas.

Contudo, ao longo do período reportado, ocorreram os seguintes eventos:

- Nos dias 6 e 7 de Janeiro de 2021, as unidades A, B e C (Geradores de turbina movidos à gás) tiveram uma avaria simultaneamente nos três geradores, causada pela perda de pressão e subsequente fecho das válvulas de controle do gás combustível, resultando na perda total de energia eléctrica e, conseqüente, perda de produção. Foi conduzida uma investigação para apurar as causas (RCA) e foi identificado que houve falhas simultâneas das válvulas de controle de pressão de fornecimento de gás combustível (86-PV-006 e 86-PV-006B) devido a entrada de água através dos posicionadores da linha comum para o funcionamento dos geradores das unidades A, B e C. Além disso, houve um atraso no re-ínicio do funcionamento dos Compressores de Alta Pressão das unidades 60, que também contribuiu para a perda de produção, devido a falta de resposta imediata da equipa técnica face ao número limitado dos técnicos na planta, devido a situação de COVID-19, para operar as válvulas manuais de modo a equalizar a pressão. As recomendações da RCA indicaram que as soluções de longo prazo estão a ser avaliadas para evitar a recorrência do evento ou incidente semelhante.
- Durante os dias 4 e 5 de Maio de 2021, a unidade 69 (Estação de Medição Daniel), teve problemas do cromatógrafo de gás que afectou a medição precisa dos valores do fluxo de gás, e, conseqüentemente, foram reportados volumes de produção incorretos. Após calculado manualmente o gás de exportação, verificou-se que os valores reais de produção eram inferiores aos valores reportados. A equipa de produção corrigiu a falha.

Entretanto, foram levadas a cabo operações de manutenção para minimizar avarias e perdas de produção como se segue abaixo:

- A paragem anual planificada da planta foi reprogramada do período de manutenção anterior de 6 e 7 de Março para 1 a 3 de Outubro de 2021 devido a restrições impostas pela pandemia da COVID-19, tais como, indisponibilidade de peças

sobressalentes imprescindíveis para a execução das actividades, bem como a mobilização de empreiteiros externos para a CP.

- A unidade 32 (Compressor de Baixa Pressão) já se encontra operacional após longos atrasos devido a restrições de viagens impostas pela covid 19. A equipa da Solar foi finalmente mobilizada para a planta, instalou a segunda barreira de segurança e a unidade foi posta a funcionar com sucesso.
- Unidade 52 (Correção do Ponto de Orvalho) avariou devido à indicação de baixo nível de óleo lubrificante. Após investigações, foi detectado um vazamento na linha de impulso do motor. A equipa de manutenção resolveu o problema e a unidade está a funcionar.
- A unidade 64 (Compressor de Alta Pressão) tem sofrido várias avarias devido a indicação de alta temperatura de descarga. A equipa de manutenção ainda está a investigar o problema. No entanto, a unidade foi colocada de volta em operação pela indisponibilidade por longo período da unidade 61, devido à vibração do motor.

2.4.3 Manutenção da capacidade e projectos de extensão do “plateau”

2.4.3.1 Programa de Extensão do Plateau e Optimização da Produção (PEDOP)

O objectivo do PEDOP é otimizar a recuperação de gás dos reservatórios do PPA aplicando soluções técnicas dentro do quadro comercial e legal. O plano do projecto visa recuperar quantidades de gás adicionais, permitindo a contínua produção de gás com pressões do reservatório inferiores à pressão de abandono, conforme aprovado no plano de desenvolvimento e permitir a extensão do período de “plateau”, para satisfazer os contratos existentes de fornecimento de gás durante a sua vigência.

O ponto de situação desse projecto é o seguinte:

- O projecto está na sua fase de avaliação e irá atingir as aprovações das fases subsequentes da avaliação no terceiro trimestre de 2021 e durante o mês de Janeiro, foram realizados com sucesso os testes de desempenho da planta que tinham sido previstos para avaliar o desempenho actual da infraestrutura.

- Os critérios de seleção das opções foram concluídos e está em progresso o processo de avaliação econômica das diferentes opções que podem viabilizar a execução do projecto PEDOP.

2.5 Assuntos de Segurança, Saúde e Ambiente (SSA)

Em geral, registou-se um bom desempenho em Segurança, Saúde e Ambiente (SS&A) e o progresso contínuo na implementação das iniciativas relacionadas a SS&A da Sasol estão a ser mantidas.

Não foram registados incidentes significativos de Saúde, Segurança e Ambiente durante o período reportado.

Todos os procedimentos e regras no trabalho constituem iniciativas, visando o alcance contínuo do melhoramento no desempenho ambiental em concordância com a certificação ISO 14001:2015 da CP em Sistema de Gestão Ambiental.

A incidência da malária tende a aumentar ou diminuir em função da variação das estações do ano. Durante o período em apreço foram registados na clínica da CP 23 casos de malária dentre os trabalhadores do consórcio e dos provedores de serviços. Para a mitigação desta doença está em curso um programa de vector da malária na CP e no complexo habitacional de Nhamacunda, que consiste na pulverização do recinto, aplicação de larvicidas no lago, drenos e pulverização das casas. Esta iniciativa tem concorrido na redução da malária. .

No dia 23 de Dezembro de 2020, foi reportado o primeiro caso da covid-19 na CP. Na sequência dos casos reportados em Dezembro e todos os contactos foram rastreados e foi conduzida a testagem massiva, as actividades passaram ao sistema de rotatividade de três em três semanas, a entrada no recinto da CP está condicionada à apresentação de um teste negativo de Covid-19.

Foi instalado na CP um centro de testagem de PCR para a Covid-19 e comissionado com a licença aprovada pelo Ministro da Saúde. Foram adquiridas vacinas contra a covid-19 e procedeu-se com a inoculação.

Os dados no fim do período foram sumarizados para a CP e Nhamacunda, como se seguem:

1 caso activo, 125 recuperados e 0 caso de mortes.

i. Monitoria do Desempenho Ambiental

O consórcio cumpre com os requisitos de gestão ambiental estipulados no plano ambiental de gestão operacional. O plano de monitoria ambiental para o período em análise foi afectado pelas restrições impostas pela COVID-19 bem como as declarações do estado de emergência em Moçambique e *lock down* decretado na Africa do Sul que restringiram o movimento de pessoas a nível mundial e muitos dos laboratórios estiveram encerrados, o que impossibilitou o consórcio de realizar auditorias independentes.

I. Monitoria da Água Subterrânea

A amostragem foi conduzida na CP em Dezembro de 2020. Os resultados das análises são consistentes com os resultados obtidos nos anos anteriores, indicando que muitos parâmetros permanecem estáveis ao longo do tempo, e não há evidência de contaminação originada pelas operações na CP. Os valores recorrentes de excesso de cloro e sódio em alguns furos foram atribuídos às alterações geológicas naturais que afectam o aquífero. Não houve registo de anomalias nos pontos de fontes da água da superfície bem como poluentes derivados do petróleo em águas superficiais e subterrânea.

II. Monitoria do Solo

Os resultados das amostras de solo coletadas dentro e fora da CP foram os seguintes:

- O PH indicou que os solos são de alcalinidade moderada.
- A conductividade eléctrica dos solos revelou que os solos são ligeiramente salinos e bons para actividades microbiológicas e crescimento da vegetação.
- Não foi detectado cloreto em nenhuma das amostras submetidas ao laboratório;
- Os resultados revelaram que a concentração total de nutrientes e dos metais pesados no AF21 quando comparados com as concentrações obtidas na monitoria do solo no AF20 são similares.
- Os resultados da amostragem do solo realizada no recinto da Sasol Temane indicaram que a superfície dos solos esta livre de contaminação por compostos orgânicos.

2.5.1 Projecto de Remediação do Pande-4

O objectivo deste projecto é de avaliar uma medida de remediação apropriada para o furo Pande-4, que consiste em 3 componentes:

- i. Monitoria superficial de solo, água e gás;
- ii. Monitoria da subsuperfície; e
- iii. Contenções na superfície.

i. Monitoramento Superficial do Solo, Água e Gás

Tem-se conduzido de forma contínua o monitoramento ambiental como parte do projecto de remediação do Pande-4 com o objectivo de se criar uma linha de base de dados ambientais que permite perceber o comportamento do gás, solo, água, ar e a tendência da concentração dos hidrocarbonetos com o tempo. A amostragem superficial da água, solo e gás tem decorrido numa periodicidade semestral. A empresa *Geo Pollution Technologies (GPT)* completou o ciclo de amostragem em Dezembro de 2020, este incluiu mais pontos de amostragem na cratera do Pande-4.

As principais observações tecidas pela GPT em torno dos resultados dos ciclos de monitoria indicaram que:

A leitura do Limite de Explosão Inferior (LEL) permaneceu zero no ar, o que significa que não há risco de ignição. Para as amostras colectadas nos furos de abastecimento de água para a comunidade nenhum dos compostos inorgânicos ultrapassou o limite recomendável, o que significa que não há evidências de contaminação do solo que possa afectar as actividades agrícolas e nem contaminação das fontes da água subterrânea.

ii. Monitoria da Subsuperfície

O programa adicional de monitoria à subsuperfície apoiará a operadora na percepção do estado de evolução do Pande-4 pela monitoria do seguinte: deformação das superfícies, hidrocarbonetos, migração da água salina e fluxo de pressão. Foi obtida a aprovação interna para a execução da primeira fase (o escopo do programa de monitoria à subsuperfície) e a firma *Ramboll* foi adjudicada a execução deste programa de monitoramento.

Em Janeiro de 2021, decorreu o “*workshop*” técnico com a *Ramboll* para firmar-se o escopo

da fase-1. Os progressos alcançados foram os seguintes:

- A *Ramboll* concluiu a revisão e interpretação dos dados históricos, incluindo os dados da sísmica 3D; e
- Concluiu a detecção de gás através das imagens satélite na área de Pande.

iii. Infraestruturas de Contenção de fluidos no Pande-4

A decisão sobre o desenvolvimento das infraestruturas de contenção de fluidos, foi adiada para depois da conclusão do escopo da primeira fase do monitoramento da subsuperfície.

2.5.3 Auditorias

Durante o período em apreço foram conduzidas na CP auditorias internas e externas concernentes a Segurança, Saúde e Sistema de Gestão ambiental nomeadamente:

- De 23 a 27 de Novembro de 2020 a firma de auditoria DQS efectuou uma auditoria para averiguação do cumprimento dos padrões e requisitos estabelecidos para SHEQ (Segurança, Saúde, Ambiente e Qualidade) bem como avaliar a eficácia do sistema de gestão.
- Decorreu em modo virtual a segunda parte da auditoria concernente aos aspectos legais em SHEQ. O grau de inconformidade registado foi de menor escala, o auditor deixou recomendações para as correções devidas.
- De 8 a 11 de Dezembro de 2020 foi realizada uma auditoria conjunta entre o INP e a firma de auditoria AQUA. O objectivo desta auditoria era de apurar o grau de cumprimento da Legislação Petrolífera Moçambicana e nenhuma evidência foi identificada.
- Foi recebido em Abril de 2021 o relatório de auditoria de recertificação da DQS, de acordo com o relatório, a avaliação geral do Sistema de Gestão da Sasol é efectiva e cumpre com os requisitos das três normas auditadas: ISO 9001: 2015, ISO 14001: 2015 e ISO 45001: 2018 e a equipa de auditoria, por sua vez, recomendou à firma DQS a emissão dos certificados.

2.6 Aspectos Legais

No período em apreço, os parceiros da JO e a Sasol assinaram a 9ª Emenda ao Contrato de Venda de Gás 1 e 7ª Emenda ao Contrato de Venda de Gás 2, para o fornecimento de gás em excesso, com efeitos a partir de 1 de Julho de 2020 até 30 de Junho de 2021, com o objectivo de assegurar que os parceiros da JO não incorressem em obrigações de gás em falta (*shortfall gas*) nos primeiros quatro anos do défice de reservas.

Tendo em conta que o Contrato de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos, celebrado em Julho de 2019, caducava a 30 de Junho de 2021, os parceiros da JO iniciaram um concurso para seleccionar um comprador do condensado do PPA. Infelizmente, o concurso foi cancelado devido às questões de segurança operacional e mitigação de riscos na Central de Processamento, tendo sido assinada uma Emenda ao Contrato de Venda de Hidrocarbonetos Líquidos pelos parceiros da JO e pela Petromoc, prorrogando a sua vigência por 12 meses, a contar de 1 de Julho de 2021 até 30 de Junho de 2022.

No que concerne à Garantia do Comprador, emitida em 2018 pela Sasol Gas ao abrigo dos Contratos de Venda de Gás 1 e 2, válida até o término dos referidos Contratos (Garantia com prorrogação automática), os Parceiros da JO e o Comprador procederam à revisão da referida Garantia com o objectivo de conformar os seus termos com os dos Contratos de Venda de Gás 1 e 2. De momento, os Parceiros da JO aguardam uma resposta do Comprador em relação às alterações propostas.

Quanto às notificações de Força Maior (FM), emitidas pelas Vendedoras (SPT, CMH e IFC) e pela Compradora (Sasol Gas), devido à pandemia da Covid 19, as mesmas permaneceram em vigor no ano financeiro em apreço e continuarão em vigor enquanto se mantiver a Situação de Calamidade Pública e Alerta Vermelho em Moçambique bem como o *Lockdown* na África do Sul, como resposta à pandemia da Covid em ambos países.

Relativamente ao Contrato de Venda de 2 MGJ de gás à ENH, suspenso em 2017, a ENH indicou que continuava procurando um comprador para os 2 MGJ a si alocados pelo Governo, mas no período em apreço nada se materializou. Assim, a retomada do consumo desse gás continuou a aguardar acção da ENH e aprovação do Governo. Contudo, tendo em conta que o contrato ainda está em vigor, no AF21 a ENH incorreu em penalidades de

take or pay.

No período em apreço, a ENH-KOGAS notificou a Operadora solicitando a declaração de Força Maior devido à redução da demanda pelos consumidores finais, relacionada com problemas na Central Térmica de Temane, sendo que tal pedido não foi aceite.

SPM solicitou a assinatura de vários acordos comerciais para integrar as infra-estruturas de processamento do PSA na Central de Processamento, ao abrigo do estabelecido na legislação de petróleos sobre a concessão de acesso à terceiros, sendo que nesse âmbito os seguintes acordos foram assinados: (i) Contrato de Curto Prazo de Armazenamento e Processamento de Petróleo Leve e Condensado, (ii) o Contrato de Construção, Conexão e Prestação de Serviços, (iii) Contrato de Longa Duração para o Armazenamento de Petróleo Leve e Condensado, (iv) Contrato de Curta Duração para o Processamento e Armazenamento de Gás, e foi aprovado o (v) Acordo de Princípios do Contrato de Longa Duração para o Processamento de gás. O Ministério que tutela o sector de petróleos aprovou a metodologia tarifária a ser aplicada nos contratos acima mencionados.

No período em apreço a SPT e a Marriot emendaram o Contrato de Perfuração com o objectivo de acordar que a FM declarada ao abrigo da Covid 19 continuará em vigor até que a SPT emita uma notificação, sendo que durante o período de vigência da FM o Contrato de Perfuração foi considerado suspenso e uma taxa especial foi aplicada independentemente de haver FM ou Suspensão. As actividades de perfuração da Sonda Marriot 46 reiniciaram no dia 07 de Agosto de 2021.

Em relação à solução para o défice de reservas e na sequência das Emendas aos Contratos de Venda de Gás 1 e 2, ao abrigo do PIC em 2018, inicialmente, as Vendedoras tinham de emitir um Relatório de Reservas de Instalações de Entrega Adicionais (Relatório ADF) até 5 de Setembro de 2019; contudo, a pedido da Compradora, a submissão do Relatório foi adiada para 30 de Junho de 2020. Entretanto, a reavaliação da solução do défice de reservas causou o cancelamento do projecto PIC e o mesmo foi substituído pelo projecto PEDOP, consequentemente as Vendedoras não puderam emitir, na data acordada, o Relatório ADF ao abrigo dos Contratos de Venda de Gás 1 e 2. Deste modo, a SPT negociou com a Compradora a prorrogação do prazo de entrega do Relatório ADF, enquanto

decorriam negociações de novas Emendas aos Contratos de Venda de Gás 1 e 2 (10ª Emenda e 8ª Emenda respectivamente) para formalizar e materializar o projecto PEDOP como solução para mitigar o défice de reservas declarado em 2018. Nesse âmbito, foi enviada uma carta à Compradora que aceitou a prorrogação do prazo até 31 de Março de 2021. Tendo em conta que as negociações das referidas Emendas ainda não estão concluídas, a prorrogação do prazo de submissão do Relatório ADF foi, sucessivamente solicitada pelos Parceiros da JO e aprovada pela Sasol Gas até 31 de Maio de 2021 e, posteriormente, até 31 de Julho de 2021 e, por último, até 31 de Outubro de 2021, ou quando as Emendas aos Contratos de Venda de Gás forem assinadas e executadas pelas partes, dependendo do que ocorrer primeiro.

No período em apreço, os parceiros da JO reviram a 10ª Emenda ao Contrato de Venda de Gás 1 e 8ª Emenda ao Contrato de Venda de Gás 2, sendo as questões pendentes o reembolso pela Compradora de todos os custos incorridos ou por serem incorridos pela Vendedora para a construção de Instalações de Entrega Adicionais, como solução para o défice de reservas, bem como o montante dos custos de desenvolvimento do projecto PIC a serem reembolsados pela Compradora.

Devido à situação do défice de reservas, foram levantadas questões concernentes ao direito de preferência. Nesse âmbito, após alinhamento na interpretação dos Contratos de Venda de Gás em vigor, as partes no Primeiro e Segundo Contratos de Venda de Gás aceitaram que ao abrigo do PPA e à luz do compromisso assumido pelos parceiros do JO de fornecimento de gás ao mercado doméstico, a prioridade de direitos de acordo com o PPA deve ser sequenciada do seguinte modo: GSA3 - GSA1 - GSA2 e não conforme o acordado nos Contratos de Venda de Gás (GSA1 - GSA3 - GSA2). Foi enviada uma carta à Sasol Gas, apresentando o posicionamento das Vendedoras sobre esta questão.

2.6.1 Alterações materiais na legislação

Na sequência do fim do Estado de Emergência (EE), decretado a 30 de Março de 2020, foi declarada a Situação de Calamidade Pública e Alerta Vermelho (SCPAV) em Agosto de 2020, que estabelece as medidas de resposta à pandemia da COVID-19, e o seu término está dependente da evolução da pandemia e do nível de alerta.

Neste período, foi promulgado o Regulamento das Instalações Petrolíferas pelo Decreto n.º 84/2020, de 18 de Setembro, que estabelece as regras e procedimentos para o licenciamento da construção, instalação, alteração, substituição, operação e desmobilização de instalações petrolíferas.

2.6.2 Litígios

Neste período, relativamente à Titular da Concessão Mineira, a Inspeção Geral de Recursos Minerais e Energia constatou que a Titular da Concessão Mineira estava a desenvolver actividades fora dos limites da sua licença e, conseqüentemente, suspendeu as actividades do areeiro. Na sequência da suspensão das actividades do areeiro, o Operador requereu o cancelamento do processo no Tribunal intentado pela Concessionária. Até ao momento, Operador aguarda pela resposta do Tribunal.

No concernente à acção judicial do Conselho Municipal de Vilanculos sobre o Imposto Predial Autárquico (IPRA) relativo ao Complexo de Nhamacunda, o Operador acordou com a Edilidade em efectuar o pagamento do IPRA.

Quanto à decisão fiscal, o Tribunal Fiscal da Cidade de Maputo decidiu invalidar o parecer fiscal da Autoridade Tributária de Moçambique que era favorável à Operadora. a SPT recorreu e não teve resposta no período em apreço.

Na sequência das medidas impostas pelo Governo de Moçambique em Março de 2020, devido à pandemia da COVID 19, a Direcção da Central de Processamento implementou um regime rotativo de trabalho. Os trabalhadores da SPT solicitaram o pagamento de subsídio de prontidão uma vez que entendiam estar sob o regime de prontidão ao abrigo do previsto na Política de Trabalho Extraordinário e Prontidão da SPT de 2017. Ocorreram conversações com os representantes do sindicato e com os trabalhadores, mas sem sucesso. A 20 de Abril de 2021, foi recebida uma notificação do Tribunal de Trabalho no âmbito de um processo laboral no qual os trabalhadores exigem compensação pelo trabalho realizado durante o regime de prontidão. Entretanto, houve negociações extrajudiciais mas sem sucesso.

2.7 Responsabilidade Social Empresarial

A CMH e seus parceiros no Consórcio continuaram a honrar com os seus compromisso de gerar crescimento econômico e social sustentável nas comunidades que vivem ao redor de Pande e Temane, local onde as operações se realizam.

No exercício findo a 30 de Junho de 2021, as despesas relacionadas ao investimento social totalizaram USD 2 542 714, o que representa 45% abaixo do orçamentado; devendo-se sobretudo ao atraso na implementação do projeto do Sistema de Água de Inhassoro.

No período em análise, importa destacar as seguintes actividades:

No contexto de emergência, foi prestado apoio a algumas comunidades das Províncias Centrais de Moçambique mais afetadas pelo Ciclone Idai e Eloise. As acções implementadas incluem a reabilitação de 4 escolas primárias nomeadamente: 12 de Outubro na Beira, Palmeiras em Inhassoro, Chitsecane e Mananisse em Govuro; a instalação de uma bomba manual de água em Matasse em Govuro; e a reabilitação de três centros de saúde em Govuro e Inhassoro.

No que diz respeito ao Sistema de Abastecimento de Água de Inhassoro, foi concluída a revisão do projeto, bem como foi assinado o contrato para a sua execução. A implementação está prevista para ocorrer no próximo ano financeiro.

Quanto aos ADL (Acordos de Desenvolvimento Local), foram alcançados os seguintes avanços de acordo com as respectivas áreas estratégicas no período em análise:

- Água e Saneamento: em Govuro, foram reabilitadas 14 das 17 bombas de água manuais e 4 sistemas de água foram reparadas e, em Inhassoro foram reabilitadas 9 de 34 bombas de água manuais e 4 sistemas de água foram reparadas.
- Desenvolvimento Económico: está dividido em 3 componentes: desenvolvimento de cadeia de valor, empreendedorismo e ligação dos graduados do Centro de Formação de Inhassoro ao mercado de emprego. Na área de desenvolvimento da cadeia de valor, foram avaliadas e encontram-se em fase de desenho do projecto, as oportunidades de negócios de produção de abacaxi, artesanato, castanha de caju e mel e horticultura; foi iniciado o projecto de produção de ovos e foi concluído o

treinamento de 45 beneficiários. Além disso, preparou-se a proposta para aprovação e financiamento de um projecto complementar que irá permitir a construção de galinheiros e fornecimento de insumos. Na área de Empreendedorismo, foi finalizada a avaliação de potenciais negócios e a seleção dos beneficiários está ainda em curso, a previsão é que sejam selecionados 500 beneficiários, entre mulheres e jovens. Na área concernente aos graduados do centro de formação de Inhassoro, foram ministrados cursos técnicos de curta duração (mecânica e eletricidade industrial) a 42 graduados.

- Electricidade: foi finalizado o contrato com a entidade implementadora e identificada a tecnologia para o fornecimento de energia renovável às comunidades de Inhassoro e Govuro.
- Projectos autônomos: no âmbito do projeto de urbanização de Govuro, foram entregues às autoridades distritais, nove mapas comunitários e equipamentos de planeamento territorial.
- Projectos de pequena escala: a construção do campo de futebol em Cachane e do mercado em Colonga tiveram avanços significativos, encontrando-se na sua fase final. O edifício principal do mercado incluindo as instalações sanitárias, a torre de água e a vedação foram todos concluídos, excepto o furo de água. Quanto ao campo de futebol, foi realizada a limpeza e nivelamento do local, bem como a mobilização de materiais.
- Pesquisa de linha de base: foi concluída a discussão de grupos focais e o plano de monitoria e avaliação resultante está em revisão. A primeira versão do documento final deverá ser apresentada aos parceiros em Agosto de 2021.

3. Actividades da CMH

3.1 Aspectos Legais

Ao abrigo dos Procedimentos Contabilísticos do Acordo de Operações Conjuntas, a CMH e o IFC auditaram as contas conjuntas e os registos da SPT referentes ao período de 1 de Julho de 2018 a 30 de Junho de 2019. Nesse sentido, foi celebrado um Contrato de Auditoria entre a CMH e a Ernest & Young (Moçambique) Lda, para a realização de uma auditoria financeira às Contas Conjuntas, com o objectivo de conciliar as receitas e despesas incorridas durante o referido período. Paralelamente, foi assinada uma Carta

Acordo entre a CMH e o IFC, estabelecendo que o IFC reembolsaria à CMH uma parte do valor dos serviços. O Relatório final foi partilhado com a SPT.

Neste período, a CMH esteve no processo de revisão do Regulamento Interno, do Qualificador de Ocupações, Carreiras Profissionais e Funções, do Regulamento de Remunerações, bem como esteve a elaborar uma proposta de Regulamento de Assistência Médica e Medicamentosa da CMH. O processo está suspenso para alinhamento com a estratégia da empresa mãe (ENH).

3.1.1 Litígios

Durante este período não houve litígios.

3.2 CMH na Bolsa de Valores de Moçambique (BVM)

No período em apreço, verificou-se uma variação positiva do preço das acções da CMH de 2.750,00 para 3.500,00 Meticais. Deve-se realçar que o preço das acções da CMH atingiu os 4.600,00 Meticais em Dezembro de 2020. A 30 de Junho de 2021, a CMH tinha 1 334 accionistas, dos quais 1 332 accionistas da classe C, um accionista da classe A (o Estado) e um accionista da classe B (ENH).

3.3 Recursos Humanos

Em Junho de 2021 a CMH contava com um total de 22 trabalhadores dos quais 20 eram quadros superiores. Não houve contratação de trabalhadores para o quadro de pessoal.

Em termos de nomeações, o Dr. Joaquim Veríssimo foi designado para o cargo de Director Executivo da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, com efeitos a partir de 8 de Julho de 2020, cujo mandato tem a duração de 4 anos.

A CMH continua a priorizar a formação profissional dos seus colaboradores. Em termos de formação profissional continua a dar muita atenção as necessidades dos colaboradores. Devido a pandemia da Covid-19, as acções de formação presencial foram suspensas e substituídas por acções virtuais.

Com o objectivo de acompanhar as actividades da Central de Processamento de Pande e

Temane, em Setembro de 2020 o Presidente do Conselho de Administração e Administrador cessantes, o Director Executivo e o Director Técnico, visitaram a Central de Processamento em Pande e Temane.

De 19 a 30 de Outubro de 2020 uma técnica afecta na Direcção de Gestão de Contratos participou de um curso virtual denominado *Contract Administration*. No período de 23 a 27 de Novembro de 2020, teve lugar o curso virtual *Leadership & People Management Skills* que contou com a participação da Directora de Gestão de Contratos da CMH. No período de 30 de Novembro a 4 de Dezembro de 2020, 4 trabalhadores afectos na Direcção Técnica participaram de forma virtual no curso *Petroleum Project and Program Management Essentials*, o referido curso foi ministrado pela Petroskills.

O inventário físico semestral, agendada para o dia 29 de Dezembro de 2020, conforme o Acordo de Operações Conjuntas, ocorreu em data distinta da inicialmente agendada e sem a participação da CMH devido à pandemia da Covid 19, mas em data distinta da inicialmente agendada, devido aos casos positivos de infecção pela Covid 19 registados na Central de Processamento.

No período em apreço, a CMH foi convidada pela SPT a participar no inventários dos activos na Central de Processamento, ao abrigo do Acordo de Operações Conjuntas. Nesse âmbito, técnicos da CMH participaram no inventário anual no dia 16 de Junho de 2021 na Central de Processamento.

A partir de 01 de Agosto de 2020, o direito à assistência médica e medicamentosa para os trabalhadores, seus dependentes e membros dos órgãos sociais da CMH passou a ser assegurado por um seguro de saúde.

Em cumprimento do Protocolo Sanitário e no âmbito da calamidade pública decretada pelo Governo, a CMH continuou a desenvolver um conjunto de acções com vista a reduzir o risco de contaminação no local de trabalho e encorajando os colaboradores na adesão rígida de medidas de prevenção e combate a esta pandemia, tendo providenciado meios de trabalhos adequado por exemplo:

- Dispensa da actividade laboral presencial sempre que as condições assim o permitam, adaptando o regime de rotatividade de modo a promover o distanciamento social com protecção especial em risco de contágio pela Covid-19, nomeadamente os portadores de doenças respiratórias, gestantes e lactantes;
- Desinfecção periódica dos escritórios;
- Constituição de uma comissão de gestão da COVID-19 com o objectivo de propor, implementar e fiscalizar a adopção das medidas de prevenção aprovadas;
- Apoio moral e psicológico aos trabalhadores testados positivo.

Até o mês de Junho de 2021, três trabalhadores testaram positivos para COVID-19, cumpriram o protocolo sanitários e neste momento estão totalmente recuperados.

3.4 Responsabilidade Social Empresarial (RSE) da CMH

No âmbito da sua responsabilidade social, a CMH continua a apoiar a implementação de projectos sociais em benefício das comunidades locais em Moçambique.

No exercício findo a 30 de Junho de 2021, foi desembolsado um montante de USD 660 123.

No período em análise, importa destacar as seguintes actividades:

- Foi financiada a construção de salas de aula, bloco administrativo, sanitários, sistema de abastecimento de água, incluindo um furo, bem como a electrificação da escola primária de Magunze localizado na província de Gaza. As obras encontram-se em fase de conclusão e a inauguração está prevista para o próximo exercício financeiro 2022.
- Relativamente ao projecto de cultivo de repolho e piri-piri no Distrito de Marracuene, Província de Maputo, foram realizadas as seguintes actividades: instalação de furo com bomba submersível, preparação do solo, aquisição, montagem de dois reservatórios de água, bem como a instalação de sistema de irrigação gota a gota. Faltam apenas a conclusão das actividades de implantação de mudas e a fertilização do solo para que o projecto seja concluído.
- As obras de construção do sistema de abastecimento de água de Metangula foram concluídas, no entanto, para a inauguração aguarda-se a conclusão dos trabalhos de electrificação para que se prossiga com os trabalhos finais.

- A 5ª fase da expansão da rede de distribuição de gás natural no norte de Província de Inhambane atingiu a sua fase final, com 447 ligações realizadas até à data e 30,2 kms de rede construídos, incluindo instalação de medidores pré-pagos e caixas de protecção. A inauguração do projecto está prevista para o próximo exercício financeiro.
- No contexto de emergência, foi efectuada a entrega de materiais de prevenção Covid-19 (tais como máscaras cirúrgicas, luvas e álcool) ao Governo da Província de Inhambane e a doação de vários produtos alimentares à Província de Cabo Delgado em conjunto com a ENH e outras afiliadas em resposta à situação de crise humanitária resultante dos ataques terroristas. Além disso, os trabalhadores da CMH também doaram bens diversos em solidariedade às vítimas de Cabo Delgado.
- No âmbito dos patrocínios, a CMH financiou as seguintes iniciativas: a edição 2020 do Ngoma Moçambique, a publicação duma obra literária; a publicação de duas brochuras anuais sobre as realizações do Governo de Moçambique; a cerimónia de inauguração dos novos estúdios da Televisão de Moçambique na Província de Gaza, a produção e exibição de duas edições de um programa televisivo e a participação de Moçambique nos Jogos Olímpicos de Tóquio 2020.
- Internamente, foram realizadas acções de engajamento dos colaboradores durante o Dia da Mulher Moçambicana, Dia Internacional do Trabalhador e Dia das Crianças. No contexto das habituais acções de solidariedade na época festiva, foram realizadas doações de gêneros alimentícios ao Hospital Psiquiátrico Infulene e à Casa Mateus 25.

3.5 Empresa holding e participadas

A CMH é detida pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), empresa pública, que detém 70% das acções da CMH (série B); pelo Estado moçambicano, representado pelo Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), que detém 20% das acções (série A); os restantes 10% das acções (série C) são detidos por pessoas singulares e colectivas nacionais.

3.6 Assembleia Geral

A 29 de Setembro de 2020 foi realizada a Assembleia Geral Ordinária na qual foi aprovado o seguinte:

- O Relatório e Contas do ano financeiro findo a 30 de Junho de 2020;
- Dividendos a distribuir: 75% e Lucros a acumular: 25%;
- Eleição de um novo Presidente do Conselho de Administração e de um novo Administrador em substituição dos anteriores; e
- Eleição de um novo Presidente do Conselho Fiscal e do Segundo Vogal, bem como a reeleição do Primeiro Vogal.

3.7 Demonstrações financeiras preparadas de acordo com as normas de NIRF

As demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e as interpretações de Comité de Interpretações sobre Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRIC), para o ano findo a 30 de Junho de 2021.

3.8 Rácios financeiros e económicos

Rácios		
Equilíbrio Financeiro		
Liquidez Geral	15.73	10.64
Rácios económicos		
Rentabilidade do capital próprio	0.06	0.12
Rentabilidade do activo	0.04	0.07

3.9 Investimento de curto prazo

3.9.1 Contas no estrangeiro (*Off-Shore*)

Durante este ano financeiro, a CMH continuou a investir os seus saldos em depósito a prazo, semestralmente, no Standard Bank da África do Sul Lda, onde dois investimentos foram realizados e renderam júros razoáveis.

3.9.2 Contas no país (*On-Shore*)

Como forma de obter juro razoáveis sobre as contas correntes, a CMH investiu em

depósitos a curto prazo, no ABSA Moçambique e o First National Bank Moçambique.

Em Março de 2021, foram renegociadas com o ABSA Moçambique e o First National Bank Moçambique as taxas de juro para remuneração de depósitos correntes para um período de 12 meses.

3.10 Alterações nas políticas contabilísticas

Não houve mudança nas políticas contabilísticas durante o ano.

3.11 Dividendos pagos e declarados

A 29 de Setembro de 2020, foi realizada a Assembleia Geral Ordinária, onde os accionistas aprovaram a distribuição de 75% dos lucros líquidos. Durante o ano financeiro 2021, a CMH pagou o montante total de USD 18 578 217 a título de dividendos aos seus accionistas, sendo que USD 11 181 425 foram pagos no dia 27 de Outubro de 2020 e USD 7 392 792 foram pagos no dia 13 de Abril de 2021. Tais dividendos são relativos ao ano AF 20.

Ano Financeiro	Dividendos Declarados			Dividendos pagos			Saldo
	Data da Assembleia Geral	% dividendos sobre o lucro	Total dos dividendos declarados	Data de pagamento	Montante pago	Total de Dividendos pagos por Ano Financeiro	
AF06 - AF19			194,778,017		145,471,294	145,471,294	
AF20	29 de Setembro de 2020	75%	18,578,217		49,306,723	49,306,723	
AF21				27 de Outubro de 2020	11,181,425	18,578,217	
				13 de Abril de 2021	7,396,792		
Total			213,356,234		213,356,234	213,356,234	-

4. Eventos subsequentes

Após 30 de Junho de 2021 até à data de relato, não existem eventos significativos ocorridos que possam necessitar de divulgação ou ajuste nas demonstrações financeiras.

IV. DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DOS ADMINISTRADORES

Os Administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, que compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 30 de Junho de 2021 e a demonstração de lucros ou prejuízos e outro rendimento integral, demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como notas às demonstrações financeiras, as quais incluem um resumo das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais do Relato Financeiro (NIRF). Os Administradores são igualmente responsáveis pela preparação do Relatório dos Administradores.

Os Administradores são igualmente responsáveis por um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro, e registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de risco eficaz. Os administradores são igualmente responsáveis pelo cumprimento das leis e regulamentos vigentes na República de Moçambique.

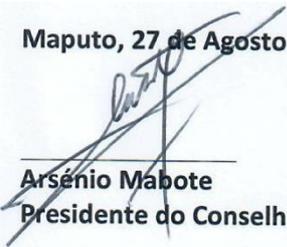
Os Administradores fizeram uma avaliação da capacidade da entidade continuar a operar com a devida observância do pressuposto da continuidade e, não têm motivos para duvidar da capacidade da entidade continuar a operar segundo esse pressuposto num futuro próximo.

O Auditor é responsável por reportar se as demonstrações financeiras estão apresentadas de forma verdadeira e apropriada, em conformidade com as Normas Internacionais do Relato Financeiro.

Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de Agosto de 2021 e vão assinadas em seu nome por:

Maputo, 27 de Agosto de 2021



Arsénio Mabote
Presidente do Conselho de Administração



KPMG Auditores e Consultores, SA
Edifício KPMG
Rua 1.233, Nº 72 C
Maputo, Moçambique

Telefone: +258 (21) 355 200
Telefax: +258 (21) 313 358
Caixa Postal, 2451
Email: mz-fminformation@kpmg.com
web: www.kpmg.co.mz

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Acionistas da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (“a Empresa”), constantes das páginas 45 a 90, que compreendem a demonstração da posição financeira em 30 de Junho de 2021, e as demonstrações de lucros ou prejuízos e outro rendimento integral, alterações no capital próprio e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das principais políticas contabilísticas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos aspectos materiais, a posição financeira da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA, em 30 de Junho de 2021, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa do exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF).

Base de Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas são descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* do nosso relatório. Somos independentes da empresa de acordo com o *Código de Ética para Revisores Oficiais de Contas Código Internacional de Ética para Contabilistas Profissionais (incluindo normas Internacionais de Independência) (Código IESBA)* juntamente com os requisitos éticos relevantes para a nossa auditoria das demonstrações financeiras em Moçambique e cumprimos com as nossas outras responsabilidades éticas de acordo com estes requisitos e com o Código IESBA. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e adequada para fornecer uma base razoável para a emissão da nossa opinião.

Matérias Relevantes de Auditoria

As matérias relevantes de auditoria são aquelas matérias que, no nosso julgamento profissional, tiveram mais importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente. Estas matérias foram tratadas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formulação da nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Imparidade de activos de exploração e avaliação e central de processamento

Por favor, consulte as políticas contabilísticas nas notas 3.5 e 3.8, estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes na nota 4 e nota 11 das demonstrações financeiras.



Matéria Relevante de Auditoria	Como foi abordada a matéria na nossa auditoria
<p>Os activos de exploração e avaliação da Empresa e a central de processamento (CPF) constituem uma porção significativa da propriedade, instalações e equipamento, sendo 126 milhões de Dólares do total da propriedade, instalações e equipamento de 169 milhões de Dólares. As propriedades, instalações e equipamento devem ser avaliadas anualmente quanto a indicadores de imparidade e, devido à natureza da classe de activos, isto envolve um julgamento significativo.</p> <p>A avaliação da imparidade foi considerada uma matéria relevante na auditoria das demonstrações financeiras devido à incerteza inerente, julgamentos significativos, pressupostos e estimativas aplicadas que incluem estimativas das reservas minerais restantes, preços de petróleo e gás no mercado internacional e taxas de juro futuras.</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluem o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliámos a análise da gestão dos possíveis indicadores de imparidade internos e externos por razões de razoabilidade.• Avaliámos o desenho, implementação e eficácia operacional dos controlos internos aplicados pela gestão para assegurar que as suas avaliações de imparidade foram devidamente realizadas e revistas.• Utilizámos o trabalho de estimativa das reservas minerais internas e externas da gestão para avaliar as reservas minerais restantes.• Avaliámos a competência, objectividade e independência do perito da gestão.• Desafiámos os pressupostos dos peritos da direcção e avaliámos a adequação do trabalho realizado, considerando a extensão da influência da direcção sobre eles e avaliando as suas qualificações e experiência profissionais.• Testámos a razoabilidade dos preços do petróleo e do gás verificando em relação a fontes independentes. Avaliámos também a adequação do factor de desconto aplicado em termos das taxas de juro prevalecentes e futuras em relação a fontes independentes.• Comparámos orçamentos anteriores com resultados reais para avaliar a precisão do processo de orçamentação. Também avaliámos os orçamentos do ano corrente e os inputs para a razoabilidade.• Considerámos a estimativa de vida útil da gestão tendo em conta as restantes estimativas de reservas comprovadas, determinadas por especialistas em estimativas de reservas minerais, a capacidade de produção anual e a licença de exploração aprovada da Empresa. <p>Considerámos também a adequação das divulgações da Empresa relativamente às avaliações de imparidade nas demonstrações financeiras em comparação com os requisitos das normas de relato financeiro aplicáveis.</p>



Provisão para abandono e reabilitação do local

Por favor, consulte as políticas contabilísticas na nota 3.7, estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes na nota 4 e nota 19 das demonstrações financeiras.

Matéria Relevante de Auditoria	Como foi abordada a matéria na nossa auditoria
<p>A Empresa é obrigada a reabilitar o local de exploração no final da vida útil do projecto, de acordo com o Contrato de Produção Petrolífera assinado. É reconhecida uma provisão relativa aos custos estimados para encerrar e reabilitar o local.</p> <p>O cálculo dessas provisões exige julgamento da gestão na estimativa de custos futuros, tendo em conta a natureza exclusiva de cada local e as possíveis obrigações associadas. Esses cálculos são igualmente descontados para determinar o valor presente dos custos de reabilitação do local.</p> <p>A restauração e reabilitação de cada local é relativamente única e tem havido actividade limitada de restauração e reabilitação para comparar as estimativas de custos futuros, e mudanças nas leis e regulamentos locais e a abordagem esperada pela gestão para restauração e reabilitação poderia ter um impacto significativo no valor da provisão reconhecida. O julgamento significativo envolvido na determinação da provisão resultou numa matéria relevante de auditoria, especificamente relacionada aos pressupostos significativos feitos que incluem o momento da reabilitação do local, as taxas de inflação e de desconto aplicadas na determinação do valor presente da reabilitação do local.</p>	<p>Os procedimentos de auditoria que realizámos incluíram o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none">• Avaliámos as obrigações legais e/ou construtivas em relação à restauração e reabilitação através da revisão do Acordo de Produção de Petróleo e da compreensão da lei que rege a exploração de recursos minerais.• Avaliámos o desenho, implementação e eficácia operacional dos controlos internos aplicados pela gestão para assegurar que a provisão é devidamente calculada e revista.• Utilizámos o trabalho dos especialistas internos e externos da gestão para avaliar o abandono do local e a provisão de reabilitação. Avaliámos a competência, objectividade e independência dos peritos da gestão.• Desafiámos os pressupostos dos peritos da gestão e avaliámos a adequação do trabalho realizado, considerando a extensão da influência da gestão sobre eles e avaliando as suas qualificações e experiência profissionais.• Avaliámos a precisão dos cálculos e a adequação da taxa de desconto aplicada comparando a taxa de desconto relativamente a dados de terceiros e normas do sector. <p>Consideramos igualmente a adequação das divulgações da Empresa relacionadas com a provisão de abandono e custo de reabilitação nas demonstrações financeiras de acordo com as normas de relato financeiro aplicáveis.</p>



Outra Informação

Os administradores são responsáveis por outra informação. A outra informação compreende toda a informação no Relatório Anual e Demonstrações Financeiras, mas não inclui as demonstrações financeiras e o nosso relatório de auditoria sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange a outra informação e não expressamos uma opinião de auditoria ou qualquer forma de conclusão de garantia sobre a mesma.

Em relação à nossa auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é ler a outra informação e, ao fazê-lo, considerar se a outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido durante a auditoria, ou caso contrário apresente distorções materiais. Se, com base no trabalho que realizámos na outra informação, concluirmos que existe uma distorção material nessa outra informação, somos obrigados a reportar esse facto. Não temos nada a reportar a este respeito.

Responsabilidade dos Administradores em relação às Demonstrações Financeiras

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação adequada destas demonstrações financeiras, de acordo com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro, assim como pelos controlos internos que os administradores determinarem como necessários para permitir que a preparação das demonstrações financeiras esteja livre de distorções materiais, devidas a fraude ou a erro.

Ao preparar as demonstrações financeiras, os administradores são responsáveis por avaliar a capacidade da Empresa continuar a operar com base no pressuposto da continuidade, divulgando, quando aplicável, questões relacionadas com o pressuposto da continuidade e utilizando a base da contabilidade operacional, a menos que os administradores pretendam liquidar a Empresa e cessar as operações, ou não tenham outra alternativa senão proceder dessa maneira.

Responsabilidades dos Auditores para a Auditoria às Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos são obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais, devidas a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. A garantia razoável é um elevado nível de garantia, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida de acordo com as ISAs detecte sempre distorções materiais quando existem. As distorções materiais podem resultar de fraude ou erro e são consideradas materiais quando, individualmente ou no agregado, se pode razoavelmente esperar que influenciem as tomadas de decisões económicas dos utilizadores com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com ISAs, exercemos o julgamento profissional e mantemos o ceticismo profissional durante a auditoria. E, igualmente:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorções materiais das demonstrações financeiras, devido a fraude ou erro, desenhamos e efectuamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos evidência de auditoria que seja suficiente e apropriada para fundamentar a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material resultante de fraude é maior do que para uma resultante de erro, uma vez que a fraude pode envolver colusão, falsificação, omissões intencionais, declarações falsas ou a derrogação do controlo interno.



- Obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria, a fim de desenhar procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressamos uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e divulgações relacionadas feitas pelos administradores.
- Concluimos sobre a adequação do uso por parte dos administradores do pressuposto da continuidade e com base na evidência de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada a eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade da Empresa continuar a operar de acordo com o pressuposto da continuidade. Se concluirmos que existe uma incerteza material, somos obrigados a chamar a atenção, no relatório do auditor, para as divulgações relacionadas nas demonstrações financeiras ou, caso tais divulgações sejam inadequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões baseiam-se na evidência de auditoria obtida até a data do nosso relatório de auditoria. No entanto, eventos ou condições futuras podem fazer com que a Empresa deixe de operar segundo o pressuposto da continuidade.
- Avaliamos a apresentação global, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se as demonstrações financeiras reflectem as transacções e eventos subjacentes de forma a obter uma apresentação justa.

Comunicamos com os administradores sobre, entre outros assuntos, o âmbito planeado e o momento da auditoria e as constatações de auditoria relevantes, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno que identificamos durante a auditoria.

Fornecemos igualmente aos administradores uma declaração de que cumprimos as exigências éticas relevantes em relação à independência e de reportarmos todas as relações e outras questões que possam ser razoavelmente considerados relacionados à nossa independência e, quando aplicável, acções tomadas no sentido de eliminar as ameaças ou salvaguardas relacionadas.

Das matérias reportadas aos administradores, determinamos as matérias que tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e, portanto, constituem as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório de auditoria, a menos que a lei ou regulamento impossibilite a divulgação pública sobre a matéria ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que uma matéria não deve ser comunicada no nosso relatório considerando que as consequências adversas de fazê-lo seriam razoavelmente esperadas de superar os benefícios de interesse público de tal comunicação.

KPMG, Sociedade de Auditores Certificados, 04/SCA/OCAM/2014

Representada por:

Hem Chandra Joshi, OCAM n° 57/CA/OCAM/2014

Sócio

1 de Setembro de 2021

VI DEMONSTRAÇÃO DE LUCROS OU PREJUÍZOS E OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Para o exercício findo em 30 de Junho de 2021

(Montantes em USD)	Nota	2021	2020
Rédito	6	65 392 787	87 413 956
Outro rendimento		37 025	99 058
Custo de vendas	7	(39 777 650)	(40 248 338)
Lucro bruto		25 652 162	47 264 676
Custos administrativos	7.1	(6 754 795)	(7 904 680)
		18 897 367	39 359 996
Custo financeiro líquido	8	(653 832)	(1 326 803)
Rendimento financeiro		3 299 050	3 743 235
Custo financeiro		(3 952 882)	(5 070 038)
Lucro antes do imposto		18 243 535	38 033 193
Imposto sobre o rendimento	9	(6 426 277)	(12 697 960)
Lucro do exercício		11 817 258	25 335 233
Outro rendimento integral			
<i>Itens que não serão reclassificados para lucros ou prejuízos</i>			
Remensuração do passivo de benefício definido, líquido de imposto	23(b)	(406 331)	(564 278)
Total do rendimento integral		11 410 927	24 770 955
Resultados por acção			
Básicos	10.1	1.99	4.27
Diluídos	10.1	1.99	4.27

VII DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA

Em 30 de Junho de 2021

(Valor em USD)	Notas	2021	2020
ACTIVOS			
Activos não correntes			
Propriedade, instalações e equipamento	11	168 530 472	202 498 386
Activos intangíveis	12	5 192 826	5 842 562
Activo de benefício definido líquido	23	444 488	826 264
Activos não correntes		174 167 786	209 167 212
Activos correntes			
Inventários	13	990 332	931 135
Clientes e outros devedores	14	10 264 787	10 030 235
Imposto sobre o rendimento corrente a receber	9.4	3 298 784	-
Caixa e equivalentes de caixa	15	132 215 938	134 037 852
Activos correntes		146 769 841	144 999 222
Total de activos		320 937 627	354 166 434
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social	16	25 286 649	25 286 649
Reservas legais	17	5 057 330	5 057 330
Reservas de investimento	18	14 296 822	14 296 822
Resultados transitados		158 899 796	166 067 086
Total de capital próprio		203 540 597	210 707 887
PASSIVOS			
Passivos não correntes			
Provisões	19	62 764 546	77 841 689
Fornecedores e outros credores	20	41 802	71 245
Passivo por Imposto diferido	9.3	45 261 002	51 914 402
Passivos não correntes		108 067 350	129 827 336
Passivos correntes			
Provisões	19	3 012 287	952 608
Fornecedores e outros credores	20	6 292 346	4 589 551
Contas a pagar entre empresas do grupo	21	25 047	11 389
Impostos sobre o rendimento corrente à pagar	9.4	-	8 077 663
Passivos correntes		9 329 680	13 631 211
Total dos passivos		117 397 030	143 458 547
Total do capital próprio e dos passivos		320 937 627	354 166 434

VIII DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Para o exercício findo em 30 de Junho de 2021

(Montante em USD)	Capital Social	Reservas Legais	Reservas de Investimento	Resultados transitados	Total de Capital próprio
Saldo em 1 de Julho de 2019	25 286 649	5 057 330	14 296 822	190 602 855	235 243 656
Lucro do exercício	-	-	-	25 335 233	25 335 233
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	(564 278)	(564 278)
<i>Transacções com os acionistas da empresa</i>					
Dividendos declarados	-	-	-	(49 306 724)	(49 306 724)
Saldo em 30 de Junho de 2020	25 286 649	5 057 330	14 296 822	166 067 086	210 707 887
Lucro do exercício	-	-	-	11 817 258	11 817 258
Outro rendimento integral do exercício	-	-	-	(406 331)	(406 331)
<i>Transacções com os acionistas da empresa</i>					
Dividendos declarados	-	-	-	(18 578 217)	(18 578 217)
Saldo em 30 de Junho de 2021	25 286 649	5 057 330	14 296 822	158 899 796	203 540 597

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

Do exercício findo em 30 de Junho de 2021

(Montantes em USD)	Notas	2021	2020
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Lucro do exercício		11 817 258	25 335 233
Ajustamentos para:			
Depreciação e amortização	7	25 816 850	25 812 950
Prejuízos cambiais não realizadas		(407 099)	527 462
Rendimento de juros	8	(1 145 453)	(3 368 295)
Gastos com juros	8	1 748 493	2 803 498
Imposto sobre o rendimento	9	6 426 277	12 697 960
		44 256 326	63 808 808
Variações em:			
Contas a pagar entre empresas do grupo		13 658	(1 009)
Clientes e outros devedores		(234 552)	(4 500 687)
Inventários		(59 197)	10 755
Fornecedores e outros credores		1 702 795	415 243
Caixa gerado das actividades operacionais		45 679 030	59 733 110
Benefício dos empregados		381 776	(382 094)
Imposto sobre o rendimento pago	9	(24 456 124)	(21 131 816)
Fluxo líquido de caixa das actividades operacionais		21 604 682	38 219 200
Fluxos de caixa de actividades de investimento			
Juros recebidos (a)	8	1 145 453	3 333 794
Aquisição de propriedade, instalações e equipamento	11	(5 965 137)	(20 179 068)
Fluxo líquido de caixa das actividades de investimento		(4 819 684)	(16 845 274)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento			
Reembolso de empréstimos		-	(4 562 655)
Dividendos pagos		(18 578 217)	(49 306 723)
Juros pagos		(6 040)	(731 676)
Fluxo líquido de caixa das actividades de financiamento		(18 584 257)	(54 601 054)
Diminuição líquida de caixa e equivalentes de caixa		(1 799 259)	(33 227 128)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		134 037 852	167 364 010
Efeitos cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa		(22 655)	(99 030)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	15	132 215 938	134 037 852

(a) Foi incorrectamente apresentado como uma actividade de financiamento nas demonstrações financeiras do exercício anterior e deveria ter sido classificado como uma actividade de investimento.

X. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Entidade a Reportar

A Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA (“CMH” ou “Empresa”) é uma empresa de responsabilidade limitada, registada em Moçambique em 26 de Outubro de 2000, controlada pela sua empresa-mãe Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), que detém 70% das acções da empresa, tendo como actividade principal o desenvolvimento das operações petrolíferas.

A empresa foi indicada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, E.P (ENH) e pelo Governo de Moçambique, para juntamente com a Sasol Petroleum Temane, Lda. (SPT), conduzir as operações petrolíferas nas áreas dos campos de produção de Pande e Temane, por um período de 30 anos, ao abrigo do Acordo de Produção de Petróleo (PPA) assinado em Outubro de 2000. A CMH também faz parte do Acordo de Operações Conjuntas (JOA) assinado com a SPT em Dezembro de 2002, cobrindo os reservatórios dos campos de Pande e Temane, visto que a empresa produz e vende apenas gás e opera de forma integrada, a mesma reporta-se como um único segmento operacional. Todos os activos não correntes estão sediados em Moçambique e o rédito é gerado dentro de Moçambique.

A quota de participação atribuída à Empresa em relação aos direitos e obrigações derivados do Acordo de Produção de Petróleo e do Acordo de Operações Conjuntas era inicialmente de 30%, sendo os remanescentes 70% detidos pela Sasol Petroleum Temane (SPT). Como tal, a CMH teve o direito de adquirir um interesse participativo de 30% no projecto dos campos de gás de Pande e Temane, bem como na Central de Processamento (CP). O projecto está actualmente operacional, com a SPT como operadora.

Um Acordo *Farm-Out* foi assinado em 2003, pela Empresa, que visa ceder à Corporação Financeira Internacional (IFC) uma quota de 5% no Acordo de Operações Conjuntas, que reduziu os 30% detidos pela Empresa no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Tomando em consideração que todas as condições dos contratos assinados anteriormente com a Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD), com o Banco Europeu de Investimento (BEI), e com o Banco de Desenvolvimento da África Austral (DBSA), foram cumpridas, foram criadas condições para a CMH exercer o seu direito de participação no Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. Em Abril de 2006, foram assinados os seguintes documentos:

- i) O acordo de cessão do interesse participativo de 5% nos direitos e obrigações, nos termos do Acordo de Produção de Petróleo, entre o Governo da República de Moçambique, a ENH, a SPT, a CMH e a IFC;
- ii) O acordo de Novação entre a SPT, a CMH e a IFC, nos termos do qual a IFC assume o interesse participativo, incluindo todos os direitos e obrigações relativos ao seu interesse participativo e é obrigada, nos termos dos acordos do projecto, a exonerar a CMH de quaisquer responsabilidades emergentes dos interesses cedidos;

- iii) O acordo de cessão e o compromisso de 5% do interesse participativo, nos termos do contrato de vendas de gás, assinado entre a Sasol Gas, a SPT, a CMH e a IFC, bem como o acordo feito para a Garantia de Desempenho (anexado ao acordo de vendas de gás assinado entre a Sasol Gas e a ENH);
- iv) O acordo de cessão do interesse participativo de 5%, nos termos do Acordo de Operações Conjuntas, entre a CMH e a IFC.

Estes acordos tornaram-se efectivos a partir de Abril de 2006, na data do fecho financeiro, quando a empresa fez a sua contribuição, adquirindo o interesse participativo de 25% de componentes a montante do Projecto de Pande e Temane, em parceria com a SPT (70%) e a IFC (5%). Consequentemente, a partir de 1 de Abril de 2006, a CMH reconheceu a sua quota de activos e passivos controlados conjuntamente e a sua quota do rendimento e despesas pelas quais é conjuntamente responsável.

Em Abril de 2009, o Governo de Moçambique aprovou a emenda ao Plano de Desenvolvimento, dando, assim, efeito ao projecto de expansão do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. A expansão aumentou a capacidade de produção da CP, da capacidade de produção existente de 120 MGJ/ ano para 183MGJ/ano.

Em 2015, o Governo de Moçambique aprovou a segunda emenda ao Plano de Desenvolvimento, dando assim efeito a expansão do Projecto de Gás Natural de Pande e Temane. A expansão aumentou a capacidade de produção da CP de 183 MGJ/ ano para 197MGJ/ano, possibilitando às vendedoras fornecer as quantidades contratuais máximas diárias, para a compradora, ao abrigo do Contrato de Venda de Gás (GSA1).

A empresa localiza-se na Av. Julius Nyerere nº 4003, Bairro da Polana Caniço “A”, Maputo, Moçambique.

2. Base de Preparação

2.1 Base contabilísticas e conformidade com a NIRF

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relato Financeiro (NIRF) com base no custo histórico, salvo indicação em contrário. As transacções e os saldos relativos à participação da empresa nas Operações Conjuntas baseiam-se nas declarações de facturação e nas informações fornecidas pelo operador.

2.2 Moeda Funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Dólares Norte-Americanos, que é a moeda funcional da empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em Dólares Norte-Americanos foram arredondadas para a unidade do Dólar Norte-Americano mais próxima.

2.3 Novas normas e interpretações ainda não adoptadas

Na data de aprovação das demonstrações financeiras da Companhia Moçambicana de Hidrocarbonetos, SA do exercício findo em 30 de Junho de 2021, são apresentadas a seguir as Normas e Interpretações relevantes para a empresa que estavam em questão mas que ainda não estavam em vigor:

Referência	Nome	Data de emissão	Data efectiva
Emenda à NIC 37	<i>Contratos onerosos: Custo de Execução de um Contrato</i>	Maio 2020	1 Janeiro 2022
Emendas à NIRF 1, NIRF 9, NIRF 16 e NIC 41	<i>Actualizações anuais das normas NIRF (2018 - 2020)</i>	Maio 2020	1 Janeiro 2022
Emenda à NIC 16	<i>Propriedade, instalações e equipamento: Procedimentos antes do Uso Pretendido</i>	Maio 2020	1 Janeiro 2022
Emenda à NIRF 3	<i>Referência ao Quadro Conceptual</i>	Maio 2020	1 Janeiro 2022
Emenda à NIC 1	<i>Classificação dos passivos como correntes ou não correntes</i>	Janeiro 2020	1 Janeiro 2023
Emenda à NIC 8	<i>Definição de estimativas contabilísticas</i>	Fevereiro 2021	1 Janeiro 2023
Emenda à NIC 1 e à Declaração de Práticas NIRF 2	<i>Iniciativa de Divulgação: Políticas contabilísticas</i>	Fevereiro 2021	1 Janeiro 2023
Emenda à NIC 12	<i>Imposto diferido relacionado com activos e Passivos decorrentes de uma única transacção</i>	Maio 2021	1 Janeiro 2023
Emenda à NIRF 10 e NIC 28 ¹	<i>Venda ou contribuição de activos entre um Investidor e o seu Associado ou Empreendimento Conjunto</i>	Setembro 2014	Diferido indefinidamente através de alterações introduzidas em Dezembro de 2015

Todas as Normas e Interpretações relevantes serão adoptadas na data da sua entrada em vigor. Segue-se o resumo das normas relevantes e o seu impacto financeiro esperado na empresa;

Contratos onerosos: Custo de Execução de um Contrato (Emendas à NIC 37)

As emendas à NIC 37 Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes, emitidas pelo Comité das Normas Internacionais de Contabilidade (IASB), esclarecem que os "custos do execução de um contrato" ao avaliar se um contrato é oneroso compreendem o seguinte:

- os custos incrementais - por exemplo, mão-de-obra directa e materiais; e
- uma atribuição de outros custos directos - por exemplo, uma atribuição da taxa de depreciação de propriedade, instalações e equipamentos utilizados na execução do contrato.

As emendas aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2022 aos contratos existentes na data em que as emendas são aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o

efeito cumulativo da aplicação das emendas deve ser reconhecido como um ajustamento do saldo inicial aos resultados transitados ou outra componente do capital próprio, conforme apropriado. Os comparativos não devem ser reexpressos. É permitida a aplicação mais antecipada. Não se espera um impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa devido à aplicação destas emendas, uma vez que não existem tais contratos.

Actualizações anuais às normas NIRF 2018-2020

NIRF 1 Adopção pela primeira vez das Normas Internacionais do Relato Financeiro	A emenda permite a uma subsidiária (como adoptante pela primeira vez das NIRF que aplica as NIRF aposterior a sua empresa-mãe) que aplica a NIRF 1.D16(a) mensurar as diferenças de conversão cumulativas usando os montantes reportados pela sua empresa-mãe, com base na data de transição da empresa-mãe para as NIRF.
NIRF 9 Instrumentos Financeiros	A emenda esclarece que para efeitos de realização do "teste de 10%" de desreconhecimento dos passivos financeiros - ao determinar as taxas pagas líquidas das taxas recebidas, um mutuário inclui apenas as taxas pagas ou recebidas entre o mutuário e o mutuante, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo mutuante em nome do outro.
NIRF 16 Locações	A alteração elimina a ilustração de pagamentos do locador relativos a melhoramentos do arrendamento. Tal como está redigido actualmente, este exemplo não é claro quanto à razão pela qual tais pagamentos não constituem um incentivo à locação.

As emendas são efectivas para períodos anuais de relatório com início em ou após 1 de Janeiro de 2022, com aplicação prévia permitida. Não se espera qualquer impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa devido à aplicação destas emendas, uma vez que não existem arrendamentos significativos. O resto diz respeito a divulgações.

Propriedade, instalações e equipamento: Procedimentos antes do Uso Pretendido (Emendas à NIC 16)

A emenda proíbe a dedução do custo de propriedade, instalações e equipamento de qualquer receita proveniente da venda de bens produzidos, ao mesmo tempo que trazem esse bem para o local e condição necessários para que possa funcionar da forma pretendida pela gestão. Em vez disso, uma entidade reconhece os proventos da venda de tais itens, e o custo de produção desses itens, em lucro ou perda.

As receitas da venda de itens antes de o item relacionado com propriedade, instalações e equipamento estar disponível para uso devem ser reconhecidas nos lucros ou prejuízos, juntamente com os custos de produção desses itens. A NIC 2 Inventários deve ser aplicada na identificação e mensuração destes custos de produção.

As empresas terão, portanto, de distinguir entre :

- os custos associados à produção e venda de itens antes de um item de propriedade, instalações e equipamento estar disponível para o uso; e
- ps custos associados à disponibilização do item de propriedade, instalações e equipamento para o seu uso pretendido.

Fazer esta atribuição de custos pode exigir estimativas e julgamentos significativos.

As emendas aplicam-se a períodos de relató anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2022, sendo permitida a aplicação antecipada. As emendas aplicam-se retrospectivamente, mas apenas a itens de propriedade, instalações e equipamento disponibilizados para o uso no ou após o início do período mais antigo apresentado nas demonstrações financeiras em que a empresa aplica as emendas pela primeira vez. Não é esperado qualquer impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa.

Referência ao Quadro Conceptual (Emendas à NIRF 3)

A emenda:

- actualizou a NIRF 3 de modo a referir-se ao Quadro Conceptual de 2018 em vez Estrutura Conceptual de 1989;
- acrescentou à NIRF 3 um requisito de que, para transacções e outros eventos no âmbito da NIC 37 ou IFRIC 21, um adquirente aplique a NIC 37 ou IFRIC 21 (em vez da Estrutura Conceptual) para identificar os passivos que assumiu numa concentração de actividades empresariais e
- adicionou à NIRF 3 uma declaração explícita de que um adquirente não reconhece activos contingentes adquiridos numa concentração de actividades empresariais.

A emenda é eficaz para períodos anuais com início em ou após 1 de Janeiro de 2022. A aplicação antecipada é permitida se uma entidade também aplicar todas as outras referências actualizadas (publicadas juntamente com o Quadro Conceptual actualizado) ao mesmo tempo ou mais cedo. Não se espera qualquer impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa, uma vez que não estão previstas tais concentrações de actividades empresariais.

Classificação de passivos como correntes ou não correntes (Emendas à NIC 1)

Segundo os requisitos da NIC 1 existentes, as empresas classificam um passivo como corrente quando não têm um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após o final do período de relato. Como parte das suas emendas, o Conselho de Administração eliminou o requisito de um direito a ser incondicional e, em vez disso, exige agora que o direito a diferir a liquidação tenha substância e exista no final do período do relato.

Há orientações limitadas sobre como determinar se um direito tem substância e a avaliação pode exigir que a Gestão exerça um julgamento interpretativo.

O requisito existente de ignorar as intenções ou expectativas da Gestão para a liquidação de um passivo ao determinar a sua classificação mantém-se inalterado. As alterações devem ser aplicadas retrospectivamente a partir da data de entrada em vigor. Não se espera um impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa, uma vez que não existem tais passivos.

Definição de estimativas contabilísticas (Emendas à NIC 8)

A distinção entre políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas é importante porque as alterações nas políticas contabilísticas são geralmente aplicadas retrospectivamente, enquanto as alterações nas estimativas contabilísticas são aplicadas prospectivamente.

As alterações à NIC 8 centram-se inteiramente nas estimativas contabilísticas e esclarecem o seguinte:

- A definição de uma alteração nas estimativas contabilísticas é substituída por uma definição de estimativas contabilísticas.
- Segundo a nova definição, as estimativas contabilísticas são "montantes monetários nas demonstrações financeiras que estão sujeitos a incerteza de mensuração".

- As entidades desenvolvem estimativas contabilísticas se as políticas contabilísticas exigirem que os itens nas demonstrações financeiras sejam mensurados de uma forma que envolva incerteza de mensuração.
- O Conselho esclareceu que uma alteração na estimativa contabilística que resulta de novas informações ou novos desenvolvimentos não é a correcção de um erro. Além disso, os efeitos de uma alteração numa entrada ou numa técnica de medição utilizada para desenvolver uma estimativa contabilística são alterações nas estimativas contabilísticas se não resultarem da correcção de erros de períodos anteriores.
- Uma alteração numa estimativa contabilística pode afectar apenas o lucro ou perda do período corrente, ou o lucro ou perda tanto do período corrente como de períodos futuros. O efeito da alteração relacionada com o período corrente é reconhecido como rendimento ou despesa no período corrente. O efeito, caso exista, em períodos futuros é reconhecido como rendimento ou despesa nesses períodos futuros.

Os efeitos das alterações nos *inputs* e/ou técnicas de mensuração são alterações nas estimativas contabilísticas. A definição das políticas contabilísticas permanece inalterada. As alterações são efectivas para períodos com início em ou após 1 de Janeiro de 2023, com aplicação antecipada permitida, e aplicar-se-ão prospectivamente a alterações nas estimativas contabilísticas e alterações nas políticas contabilísticas que ocorram em ou após o início do primeiro período de relato anual em que a empresa aplica as alterações. Não se espera qualquer impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa, uma vez que não existem estimativas significativas e o processo de estimativa da empresa está em conformidade com as emendas.

Imposto Diferido Relacionado com Activos e Passivos Resultantes de uma Única Transacção (Emenda à NIC) 12

A alteração esclarece que a isenção de reconhecimento inicial não se aplica a transacções que dêem origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias, tais como locações e obrigações de desmantelamento. Como resultado, as empresas terão de reconhecer um activo por imposto diferido e um passivo por imposto diferido para diferenças temporárias resultantes do reconhecimento inicial de uma locação e de uma provisão para desmantelamento. Não se espera um impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa, uma vez que a empresa considera a provisão para desmantelamento para os cálculos do imposto diferido.

Iniciativa de Divulgação: Políticas contabilísticas (Emendas à NIC 1 e à Declaração de Práticas NIRF 2)

Tornar a informação nas demonstrações financeiras mais relevante e menos desorganizada tem sido uma das principais áreas de enfoque do Comité de Normas Internacionais de Contabilidade (o Comité).

O Comité emitiu emendas à NIC 1 *Apresentação de Demonstrações Financeiras* e uma actualização à Declaração de Práticas NIRF 2 *Efectuar Julgamentos de Materialidade* para ajudar as empresas a fornecerem divulgações úteis de políticas contabilísticas. As emendas fundamentais à NIC 1 incluem:

- exigir que as empresas divulguem as suas políticas contabilísticas materiais em vez das suas políticas contabilísticas significativas;
- vários parágrafos são acrescentados para explicar como uma entidade pode identificar a informação material da política contabilística e para dar exemplos de quando é provável que a informação da política contabilística seja material;

- esclarecer que as políticas contabilísticas relacionadas com transacções imateriais, outros eventos ou condições são em si imateriais e, como tal, não precisam de ser divulgadas;
 - esclarecer que nem todas as políticas contabilísticas relacionadas com transacções, outros eventos ou condições materiais são em si mesmas materiais para as demonstrações financeiras de uma empresa;
 - a informação da política contabilística pode ser material devido à sua natureza, mesmo que os montantes relacionados sejam imateriais;
 - a informação da política contabilística é material se os usuários das demonstrações financeiras de uma entidade precisarem dela para compreender outras informações materiais nas demonstrações financeiras; e
- as emendas esclarecem que se uma entidade divulgar informações imateriais de política contabilística, tais informações não devem ocultar informações materiais de política contabilística.

O Comité alterou igualmente a Declaração 2 das Práticas da NIRF 2 para incluir orientações e dois exemplos adicionais sobre a aplicação da materialidade às divulgações de políticas contabilísticas. As emendas são consistentes com a definição refinada de material. As emendas entram em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2023, mas podem ser aplicadas antecipadamente. Não se espera qualquer impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa, uma vez que a empresa apresenta as suas políticas contabilísticas em detalhe e os requisitos adicionais visam melhorar ainda mais as divulgações para uma melhor compreensão dos leitores.

3. Resumo das Principais Políticas Contabilísticas

As políticas contabilísticas referentes a 3.1 a 3.16 foram consistentemente aplicadas a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Operações Conjuntas

As operações nos campos de Pande e Temane foram estruturadas na forma de uma operação conjunta (*Joint Operation*), nos termos da qual a locação não é registada como uma empresa separada, mas cada parte da operação conjunta, nos termos do empreendimento conjunto, recebe a sua quota respectiva de activos, passivos, despesas e réditos das operações.

3.2. Transacções em Moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas às taxas de câmbio em vigor à data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras à data do relato são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data de reporte.

Os activos e passivos não monetários que são mensurados pelo justo valor em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o justo valor foi determinado. Os itens não-monetários que são mensurados com base no custo histórico na moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data de transacção. As diferenças de câmbio resultantes da conversão são geralmente reconhecidas nos lucros ou prejuízos, como parte do rendimento ou custos financeiros.

3.3. Instrumentos Financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As contas a receber e os títulos de dívida emitidos são inicialmente reconhecidos quando são originados. Todos os outros activos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a empresa se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um activo financeiro (a menos que seja contas a receber sem uma componente de financiamento significactiva) ou um passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo justo valor acrescido, para um item não seja pelo justo valor através de lucros ou prejuízos, custos de transacção que sejam directamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão. Contas a receber sem uma componente de financiamento significactiva são inicialmente mensuradas pelo preço da transacção.

Classificação e mensuração

A Empresa classificou seus activos financeiros como escriturados ao custo amortizado. A classificação é realizada de acordo com o modelo de negócios determinado com base na finalidade dos benefícios dos activos financeiros e fluxos de caixa esperados. De acordo com a avaliação, os fluxos de caixa contratuais são apenas pagamentos de capital e juros. Os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado.

Activos financeiros escriturados ao custo amortizado

Os activos detidos para a cobrança de fluxos de caixa contratuais onde esses fluxos de caixa representam apenas pagamentos de capital e juros, cujos pagamentos são fixos ou pré-determinados, que não são activamente negociados e que não são instrumentos derivados, são mensurados pelo custo amortizado. São incluídos nos activos correntes, excepto para as maturidades acima de 12 meses após a data do balanço. Aqueles com prazo de maturidade superior a 12 meses são classificados como activos não correntes. Os activos financeiros da Empresa escriturados ao custo amortizado compreendem "contas a receber (resultantes de transacções no âmbito da NIRF 15) e "caixa e equivalentes de caixa" nas demonstrações financeiras. Estes activos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juro efectivo. O montante bruto escriturado é reduzido pela provisão para perdas de crédito esperadas. Os rendimentos de juros, ganhos e perdas cambiais e imparidade são reconhecidos nos lucros ou prejuízos.

Desreconhecimento

Activos financeiros

A Empresa desreconhece um activo financeiro quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa do activo financeiro expiram ou quando transfere o activo financeiro numa transacção em que substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao activo financeiro são transferidos ou em que a Empresa não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados à retenção do controlo sobre o activo financeiro.

A empresa realiza transacções pelas quais transfere activos reconhecidos na sua demonstração da posição financeira, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos transferidos. Nesses casos, os activos transferidos não são desreconhecidos. Ganhos ou perdas com o desreconhecimento são reconhecidos nos lucros ou prejuízos

Passivos financeiros

A empresa desreconhece um passivo financeiro quando as suas obrigações contratuais são liquidadas ou canceladas ou expiram. A Empresa desreconhece igualmente um passivo financeiro quando os seus termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido ao justo valor.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre a quantia escriturada extinta e a contraprestação paga (incluindo quaisquer activos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nos lucros ou prejuízos.

Compensação

Os activos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado na demonstração da posição financeira quando, e somente quando, a entidade tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

Capital Social

Acções ordinárias – As acções ordinárias são classificadas como capital social. Os custos adicionais directamente atribuíveis à emissão das acções ordinárias são reconhecidos como uma dedução do capital próprio, líquido de quaisquer efeitos fiscais.

3.4. Propriedade, instalações e equipamento

Reconhecimento e mensuração

Os itens de Propriedade, instalações e equipamento são inicialmente mensurados ao custo de aquisição menos a depreciação acumulada e as perdas por imparidade acumulada. O custo inclui todos os custos directamente atribuíveis na aquisição do activo. O custo dos activos construídos pela própria empresa inclui os custos dos materiais e da mão-de-obra directa, todos os outros custos directamente atribuíveis para colocar o activo em condições de funcionamento para o seu uso pretendido e os custos de desmantelamento e remoção dos itens e de restauração do local no qual este está localizado.

Quando as partes de um item de Propriedade, instalações e equipamento tiverem vidas úteis diferentes, são contabilizadas como itens separados (componentes principais) da propriedade, instalações e equipamento.

Os ganhos e perdas na alienação de um item de Propriedade, instalações e equipamento são determinados pela comparação receitas de venda com quantia escriturada dos itens de activos fixos tangíveis e são reconhecidos em “outros rendimentos ou custos” na demonstração de lucros ou perdas.

A fase de desenvolvimento é a fase em que a viabilidade técnica e comercial da extração de uma reserva é demonstrada e a reserva identificada é preparada para as actividades de produção. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de forma fiável, o produto ou processo for técnica e comercialmente viável, os benefícios económicos futuros forem prováveis e a empresa pretende e possui recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o activo.

As despesas capitalizadas incluem o custo de materiais, mão-de-obra directa e custos gerais que são directamente atribuíveis à preparação do activo para o seu uso pretendido. Os custos de empréstimos relacionados com o desenvolvimento de activos qualificados são capitalizados ao custo do activo qualificado. Outras despesas de desenvolvimento são reconhecidas em lucros ou perdas, conforme incorridas. Os gastos incorridos para perfurar e equipar poços de desenvolvimento em propriedades comprovadas são capitalizados como activos minerais activos em propriedade, instalações e equipamento na data do comissionamento. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo menos a depreciação acumulada e as perdas por imparidade.

A depreciação dos activos de exploração e despesas de desenvolvimento capitalizadas, incluindo os custos de descomissionamento, é baseada no método de unidades de produção, campo a campo, calculado com base nas reservas de petróleo e gás desenvolvidas provadas estimadas. Estas reservas são as restantes de fim de ano de acordo com o Relatório dos Vendedores (o relatório de vendas e reservas da Sasol, o operador de Operações Conjuntas) usado para cálculo de depreciação retrospectivamente desde o início de cada ano financeiro.

Custos subsequentes

O custo de substituição de parte de um item de Propriedade, instalações e equipamento é reconhecido no montante da quantia escriturada do item, se for provável que os benefícios económicos futuros incorporados nessa parte irão fluir para a Empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A quantia escriturada da parte substituída é desreconhecida. O custo de manutenção diária da propriedade, instalações e equipamento é reconhecido em ganhos e perdas, conforme incorrido.

Depreciação

O Custo de desenvolvimento capitalizado é mensurado ao custo menos a depreciação acumulada e as perdas por imparidade acumuladas. A depreciação dos activos de exploração e as despesas de desenvolvimento capitalizadas, incluindo os custos de desmantelamento, baseiam-se no método das unidades de produção, numa base campo a campo, calculado utilizando as reservas de petróleo e gás comprovadamente desenvolvidas. Estas reservas são remanescentes no final do ano, de acordo com o Relatório dos Vendedores (o relatório de vendas e reservas da Sasol, o operador das Operações Conjuntas) utilizado para o cálculo da depreciação retrospectiva desde o início de cada exercício financeiro.

As depreciações é reconhecido em lucros e perdas numa base linear sobre as vidas úteis estimadas de cada item de propriedade, instalações e equipamento. O investimento em curso não é depreciado.

As vidas úteis estimadas, são como seguem:

- Veículos automóveis	4 - 5 anos
- Equipamento	4 – 10 anos
- Edifícios	50 anos

Os métodos de depreciação, vidas úteis e valores residuais são revistos no final de cada ano financeiro e ajustados, se apropriado.

3.5. Activos de exploração e avaliação

O método dos esforços bem sucedidos é utilizado para prestar contas das actividades de exploração e avaliação de gás. Os custos geológicos e geofísicos, relacionados com poços exploratórios secos e os custos de transporte e retenção de propriedades não desenvolvidas são reconhecidos nos lucros ou prejuízos,

conforme incorridos. Após a conclusão de um furo exploratório, a entidade poderá ter encontrado reservas de petróleo e gás. Essas reservas são classificadas como provadas quando, após análise de dados geológicos e de engenharia, parecer com certeza razoável que estas reservas poderiam ser recuperáveis no futuro, nas condições económicas e operacionais existentes.

O custo de furos exploratórios, através dos quais reservas potenciais provadas de petróleo e gás foram descobertas, é capitalizado como activos minerais em Propriedade, instalações e equipamento. Estes custos permanecem capitalizados, pendentes da determinação das reservas de petróleo e gás provadas serem encontradas, desde que tenham sido cumpridas as condições seguintes: (i) existam reservas de petróleo e gás suficientes para justificar o gasto de capital necessário para a conclusão do furo como furo de produção; (ii) a perfuração de furos exploratórios adicionais esteja em curso ou firmemente planeada para um futuro próximo; e (iii) progresso suficiente esteja a ser feito para avaliar as reservas de petróleo e gás e a viabilidade económica ou operacional da propriedade em desenvolvimento.

Se as condições acima não forem cumpridas, ou se as informações obtidas suscitarem dúvidas sobre a viabilidade económica ou operacional do projecto, os custos são reconhecidos nos lucros ou prejuízos. O progresso a este respeito é avaliado anualmente, pelo menos, para assegurar uma justificação suficiente para efectuar essa exploração e avaliar a despesa como um activo. Quando o valor recuperável de pesquisa e avaliação for determinado a ser menor que o valor contabilístico, uma perda por imparidade é reconhecida.

A fase de desenvolvimento é a fase em que a viabilidade técnica e comercial da extração de uma reserva é demonstrada e a reserva identificada é preparada para as actividades de produção. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de forma confiável, o produto ou processo for técnica e comercialmente viável, os benefícios económicos futuros forem prováveis e a Empresa pretende e possui recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o activo.

As despesas capitalizadas incluem o custo de materiais, mão-de-obra directa e custos gerais que são directamente atribuíveis à preparação do activo para o seu uso pretendido. Os custos de empréstimos relacionados com o desenvolvimento de activos qualificados são capitalizados ao custo do activo qualificado. Outras despesas de desenvolvimento são reconhecidas em lucros ou perdas, conforme incorridas. Os gastos incorridos para perfurar e equipar poços de desenvolvimento em propriedades comprovadas são capitalizados como activos minerais na da propriedade, instalações e equipamento na data do comissionamento.

3.6. Activos intangíveis

Os activos intangíveis são inicialmente reconhecidos ao custo e subsequentemente registados ao custo menos as amortizações acumuladas e as perdas por imparidade acumuladas. Os activos intangíveis são reconhecidos se for provável que os benefícios económicos irão fluir para a empresa a partir dos activos e se os custos dos activos puderem ser mensurados de forma fiável. A empresa revê o método e o período de amortização em cada data de relato. Os activos intangíveis consistem unicamente em direitos de concessão para explorar e produzir gás nos campos de Pande e Temane, nos termos de um Contrato de Produção Petrolífera assinado em Outubro de 2000 que expirará em 2034. Estes activos intangíveis são amortizados numa base linear.

Custos subsequentes

A despesa subsequente apenas é capitalizada quando o aumento dos benefícios económicos futuros incorporados no activo específico com o qual está relacionada é provável. Qualquer outra despesa é reconhecida nos lucros ou prejuízos, conforme incorrida.

3.7. Provisões

As provisões para restauração ambiental e acções judiciais são reconhecidas quando: a empresa tem uma obrigação legal presente ou construtiva como resultado de eventos passados; é provável que seja necessário um fluxo de recursos para liquidar a obrigação; e o montante pode ser estimado de forma fiável. As provisões não são reconhecidas para perdas operacionais futuras. A provisão para reabilitação do local é reconhecida como e quando surge a responsabilidade ambiental. Quando uma obrigação de abandono e ambiental resulta de actividades de desenvolvimento de minas, os custos são capitalizados como parte do custo do activo associado. Quando esta mesma obrigação resulta das actividades de produção de minas, os custos são capitalizados. As provisões são determinadas descontando os fluxos de caixa esperados a uma taxa antes de impostos, reflectindo as taxas de mercado actuais e os riscos específicos do passivo. As alterações às provisões que foram capitalizadas no reconhecimento inicial no custo do activo associado são adicionadas ou deduzidas ao valor contabilístico do activo. Onde houver um número de obrigações semelhantes, a probabilidade de exfluxo ser requerida para pagamento é determinada tendo em conta a classe das obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo se a probabilidade de exfluxo respeitante a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações for pequena. O reforço das provisões devido à passagem do tempo é reconhecido como uma despesa de juro.

3.8. Imparidade dos Activos

A Empresa reconhece as provisões para Perdas de Crédito Esperadas (ECLs) sobre activos financeiros mensurados ao custo amortizado;. A Empresa avalia as provisões para perdas a um montante igual à perda de crédito esperada ao longo da vida.

A empresa calcula as perdas de crédito esperadas ao longo da vida para todas as contas a receber sem uma componente de financiamento significativa. Para todos os outros activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a entidade usa a abordagem geral para determinar as perdas de crédito esperadas e avalia se o aumento no risco de crédito desde o reconhecimento inicial é significativo ou não.

Ao determinar se o risco de crédito de um activo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar a perda de crédito esperada, a empresa considera informações razoáveis suportáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido. Isso inclui quantidades e informações qualitativas e análises, com base na experiência histórica da Empresa e avaliação de crédito informada e incluindo informações prospectivas.

A empresa presume que o risco de um activo financeiro aumentou significativamente se ele estiver vencido há mais de 30 dias ou é improvável que os mutuários paguem suas obrigações de crédito para a Empresa na íntegra, sem recurso pelas ações da Empresa, como realizar (se houver).

A Empresa considera um activo financeiro em incumprimento quando:

- é improvável que os mutuários paguem integralmente suas obrigações de crédito para com a Empresa, sem o recurso da Empresa para ações como realização (se houver);
- o activo financeiro está vencido há mais de 90 dias.

O período máximo considerado na estimativa das perdas de crédito é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são uma estimativa ponderada de probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas como o valor presente de todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à entidade de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber). As Perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do activo financeiro.

Activos financeiros com imparidade

Em cada data de relato, a Empresa avalia se os activos financeiros escriturados ao custo amortizado estão em imparidade de crédito. Um activo financeiro sofre uma "imparidade de crédito" quando ocorre um ou mais eventos que têm um impacto negativo sobre os fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro. A evidência de que um activo financeiro encontra-se em situação de perda por imparidade de crédito inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldade financeira significativa do mutuário ou emissor;
- - uma violação de contrato, tal como um incumprimento ou um atraso de mais de 90 dias;
- - a reestruturação de um empréstimo ou adiantamento por parte da Empresa em termos que a Empresa não consideraria de outra forma;
- - é provável que o mutuário entre em falência ou outra reorganização financeira; ou
- - o desaparecimento de um mercado activo para um título devido a dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perda de crédito esperada na demonstração da posição financeira

As provisões para perdas para activos financeiros mensurados ao custo amortizado são deduzidas da quantia escriturada bruta dos activos.

Abate

O montante bruto escriturado de um activo financeiro é abatido (parcial ou totalmente), na medida em que não existe uma perspectiva realista de recuperação. Este é geralmente o caso em que a Empresa determina se o devedor não tem activos ou fontes de rendimento que possam gerar fluxos de caixa suficientes para reembolsar os montantes sujeitos ao abate. No entanto, os activos financeiros que são abatidos ao activo poderiam ainda estar sujeitos a actividades de aplicação, a fim de cumprir os procedimentos da Empresa para a recuperação dos montantes devidos.

Activos não financeiros

As quantias escrituradas dos activos da Empresa, para além dos inventários, são revistas em cada data de relato para determinar se existe alguma indicação de imparidade. Se tal indicação existir, o montante recuperável do activo é estimado. Uma perda por imparidade é reconhecida sempre que a quantia escriturada de um activo ou da sua unidade geradora de caixa exceda a sua quantia recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo de activos identificável que gera fluxos de caixa que são em grande parte independentes de outros activos e grupos. As perdas por imparidade são reconhecidas nos lucros ou prejuízos, sua unidade geradora de caixa exceda a sua quantia recuperável. A empresa classifica o activo de exploração e avaliação e o CPF como uma UGC.

A quantia recuperável de um activo é o maior do seu valor líquido realizável e do seu valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados do seu valor corrente, usando-se uma taxa de desconto antes do efeito do imposto que reflecta as avaliações de mercado correntes do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o activo. Para um activo que não gere influxos de caixa que sejam em larga medida independentes dos outros activos, a quantia recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual o activo pertence.

Uma perda por imparidade é revertida caso se observe uma alteração nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Uma perda por imparidade somente é revertida na medida em que o valor do activo não exceda o montante que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda por imparidade tivesse sido reconhecida.

3.9. Imposto Sobre o Rendimento

O imposto sobre o rendimento compreende o imposto corrente e diferido. Os impostos correntes e impostos diferidos são reconhecidos nos lucros ou prejuízos excepto que o imposto corrente é o imposto que se prevê pagar sobre o rendimento tributável do ano, utilizando as taxas de imposto legisladas ou substancialmente previstas à data do relatório, e todos os ajustamentos ao imposto a pagar respeitantes aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido no respeitante às diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos para efeitos de demonstrações financeiras e dos montantes usados para efeitos de tributação.

O imposto diferido é mensurado às taxas de imposto que são previstas para aplicação às diferenças temporárias quando revertem, baseado nas leis que tiverem entrado em vigor, ou substancialmente entrado em vigor, à data de relato. Os activos e passivos de impostos diferidos são compensados se houver um direito legal executável de compensar as obrigações e os bens de impostos correntes e se disserem respeito aos impostos de rendimento aplicados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade fiscal, ou sobre entidades fiscais diferentes, mas que pretendam pagar as obrigações e os activos fiscais correntes numa base líquida ou que os seus bens e os seus passivos sejam realizados simultaneamente.

Um activo por imposto diferido é reconhecido para perdas fiscais não usadas, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, na medida em que seja provável que os futuros lucros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais possam ser utilizados. Os activos por impostos diferidos são revisto em cada data de relato e são reduzidos na medida em que já não seja provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado.

3.10. Benefícios empregados

O custo de todos os benefícios a curto prazo do empregado, tais como salários, direito a férias, bónus, assistência médica e outras contribuições, são reconhecidos durante o período em que o empregado presta o respectivo serviço. A Empresa reconhece o custo esperado dos bónus apenas quando a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente de fazer tal pagamento e uma estimativa fiável pode ser feita.

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual a entidade paga contribuições fixas a uma entidade separada e não terá obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais. A obrigação para contribuições para o plano de contribuição definida é reconhecida como despesa de benefícios a empregados no resultado do período em que os serviços relacionados são prestados pelo empregado.

As contribuições são feitas para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), o plano nacional de segurança social, um plano de contribuição definida, que todas as empresas moçambicanas são obrigadas, por lei, a fazer as contribuições que se baseiam numa percentagem dos salários e são registadas como despesas no período em que incorrem.

Plano de contribuição definida

O fundo de benefício definido foi criado em 2016. A obrigação líquida da empresa em relação aos planos de benefícios definidos é calculada estimando o valor do benefício futuro que os empregados auferiram nos períodos atual e anterior, descontando esse valor e deduzindo o valor justo de quaisquer activos do plano.

O cálculo das obrigações de benefício definido é realizado anualmente por um actuário qualificado, utilizando o método de crédito unitário projectado. Quando o cálculo resulta em um activo potencial para a empresa, o activo reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios económicos disponíveis na forma de qualquer reembolso futuro do plano ou reduções nas contribuições futuras ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios económicos, são considerados os requisitos mínimos de financiamento aplicáveis.

As remensurações do passivo líquido de benefício definido, que compreendem ganhos e perdas actuariais, o retorno dos activos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do activo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente na Outro Rendimento Integral. A empresa determina a despesa (rendimento) líquida de juros no passivo (activo) líquido de benefícios definidos para o período aplicando a taxa de desconto utilizada para mensurar a obrigação de benefícios definidos no início do período anual ao passivo líquido de benefícios definidos (activo), tendo em conta quaisquer alterações no passivo (activo) líquido de benefícios definidos durante o período, como resultado de contribuições e pagamentos de benefícios. A despesa líquida de juros e outras despesas relacionadas a planos de benefícios definidos são reconhecidas no resultado.

Benefícios a curto prazo

As obrigações de benefícios a curto prazo dos empregados são mensuradas numa base não descontada e são pagas à medida que o serviço relacionado é prestado. É reconhecido um passivo pelo montante que se espera pagar sob bónus a curto prazo se a empresa tiver uma obrigação legal presente ou construtiva de pagar o montante como resultado do serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada de forma fiável.

3.11. Inventários

Os inventários são mensurados ao menor do custo e do valor líquido realizável. O custo inclui as despesas incorridas na aquisição dos inventários, custos de produção ou de conversão e outros custos incorridos para os trazer para o seu local e condição existentes.

O custo dos líquidos de gás natural é determinado utilizando o método de avaliação primeiro a entrar primeiro a sair (first-in-first-out - FIFO) enquanto o custo do processo, manutenção e outros materiais é determinado utilizando o preço de custo médio ponderado.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal do negócio, menos o custo de conclusão e as despesas de venda.

3.12. Reconhecimento do Rédito

O rédito é mensurado com base em considerações específicas nos contratos com o cliente. A empresa reconhece o rédito a partir do momento em que os bens são entregues e aceites pelo cliente. No âmbito dos contratos não existem obrigações cumpridas fora do prazo.

O rédito é o valor da contraprestação que a empresa espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços prometidos a um cliente, excluindo os valores cobrados em nome de terceiros. O rédito é reconhecido livre dos direitos de uso (*royalties*) pagos ao Governo, rendimentos, impostos indirectos, deduções do imposto e descontos. Na produção e venda de gás a transferência e propriedade ocorre quando o gás é fisicamente entregue na entrada do gasoduto e os líquidos no ponto de carregamento na CPF.

O rédito é apresentado líquido de royalties. Os *royalties* são impostos ao petróleo produzido no território moçambicano, a partir de um depósito de petróleo. A base fiscal para os royalties é o valor do petróleo produzido, incluindo as quantidades de petróleo perdidas em resultado de qualquer deficiência nas operações petrolíferas ou negligência. Os royalties são cobrados a 5% do valor do gás natural, condensado produzido ou extraído e vendido, menos o custo de transporte, recolha e processamento. A empresa paga royalties através do operador, nos termos do Acordo de Operações Conjuntas.

3.13. Custos operacionais

Os custos operacionais incluem despesas com o pessoal, depreciação, amortização, bens e serviços. Os custos operacionais são registados no período em que esses custos estão relacionados. Estes custos referem-se às actividades operacionais da CMH.

3.14. Dividendos

A CMH deverá pagar os dividendos de acordo com a Política de Dividendos que estabelece que a distribuição agregada será de 50% do lucro líquido.

Os dividendos são reconhecidos mediante declaração, quando os direitos tiverem sido estabelecidos. Consequentemente, a empresa considera que o montante de dividendos pagos, conforme aprovado pelos acionistas, deve ser deduzido dos resultados transitados.

3.15. Rendimentos e custos financeiros

Os rendimentos financeiros incluem os juros recebidos sobre os fundos investidos. Os juros recebidos são reconhecidos à medida que forem crescendo nos lucros ou prejuízos usando o método da taxa de juro efectiva. Os custos financeiros compreendem os encargos financeiros dos empréstimos, a anulação do desconto em provisões. As perdas ou ganhos cambiais líquidos estão também inclusos como rendimento financeiro ou despesas financeiras.

3.16. Resultados por acção

A empresa apresenta resultados por acção básicos e diluídos por cada acção ordinária. O resultado por acção básico, é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas ordinários da empresa pela quantidade média ponderada de acções ordinárias em circulação durante o período. O resultado por acção diluído é determinado ajustando o lucro ou prejuízo atribuível aos acionistas ordinários e o número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, para os efeitos de todas as acções ordinárias potenciais diluidoras.

4. Estimativas e julgamentos contabilísticos críticos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais do Relato Financeiro requer que o órgão de gestão formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação de políticas contabilísticas e os valores dos activos, passivos, proveitos e custos reportados. Os resultados actuais podem diferir destas estimativas. As estimativas e os pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afectados.

Julgamentos significativos estão envolvidos;

- na mensuração da vida útil da propriedade, instalações e equipamento (enquanto estima as reservas minerais) e na avaliação da propriedade, instalações e equipamento,
- na estimativa dos requisitos de fundos para a obrigação de restauração do local,

A informação detalhada sobre estes julgamentos e a aplicação das políticas contabilísticas que têm o efeito mais significativo sobre os montantes reconhecidos nas demonstrações financeiras é mencionada nas seguintes notas:

Nota 11 - Mensuração da propriedade, instalações e equipamentos: principais pressupostos sobre o padrão de consumo dos benefícios económicos incorporados nos activos.

Nota 19 - Reconhecimento e mensuração da provisão para abandono e reabilitação ambiental: principais pressupostos sobre a probabilidade e magnitude de um exfluxo de recursos.

Mensuração do justo valor

Uma série de políticas e divulgações contabilísticas da Empresa requerem a mensuração de justos valores, tanto para activos e passivos financeiros como não financeiros.

A Empresa possui uma estrutura de controlo estabelecida relativamente à mensuração dos justos valores. A entidade reguladora analisa os dados não observáveis e os ajustamentos de avaliação. Se informações de terceiros, tais como cotações de corretores ou serviços de preços, forem utilizadas para

mensurar justos valores, então a equipa de avaliação avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que tais avaliações cumprem os requisitos das NIRF, incluindo o nível na hierarquia do justo valor em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o justo valor de um activo ou um passivo, a entidade usa dados observáveis de mercado, na medida do possível. O justo valor é classificado em diferentes níveis de hierarquia do justo valor com base nos *inputs* utilizados nas técnicas de avaliação, como segue:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados activos para activos ou passivos idênticos.
- Nível 2: dados que não sejam preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para activos ou passivos, directamente (como preços) ou indirectamente (derivado de preços).
- Nível 3: dados para activos ou passivos que não têm como base dados de mercados observáveis (dados não observáveis).

Se os dados usados para mensurar o justo valor de um activo ou passivo sejam classificados em níveis diferentes da hierarquia do justo valor, então a mensuração do justo valor é classificados na sua totalidade no mesmo nível da hierarquia de justo valor como dado de nível mais baixo que seja significativa para a mensuração.

5. Alterações nas políticas contabilísticas

Não houve alterações nas políticas contabilísticas durante o exercício.

6. Rédito

	2021 USD	2020 USD
Gás Natural	63 790 677	85 854 950
Condensado	1 602 110	1 559 006
	65 392 787	87 413 956

7. Custo de vendas

	Nota	2021 USD	2020 USD
Salário e custos relacionados (a)		2 056 666	2 134 643
Contribuição para o Instituto nacional de segurança social (a)		55 900	63 028
Custos operacionais - Operações conjuntas (a)		11 848 234	12 237 717
Custos de depreciação e amortização	11 & 12	25 816 850	25 812 950
		39 777 650	40 248 338

(a) Refere à participação da empresa nos custos operacionais incorridos nas operações conjuntas pelo operador. O valor inclui custos de engenharia, custos de manutenção, custos relacionados com funcionários e despesas de rotina no campo de gás e CPF.

7.1 Custos administrativos

Fornecimentos e serviços		1 474 767	873 740
Honorários de auditoria		33 492	34 372
Taxa de consultoria		723 260	51 879
Programa de desenvolvimento social		660 123	404 861
Outros custos		57 842	382 628
		5 280 028	7 030 940
Custos com pessoal			
Remuneração dos empregados		3 872 853	4 293 230
Remuneração dos Administradores		621 137	1 486 971
Segurança social		90 987	77 911
Formação		15 941	152 268
Segurança Social Complementar		679 110	1 020 560
		6 754 795	7 904 680

8. Custo financeiro líquido

	Nota	2021 USD	2020 USD
Rendimentos financeiros		3 299 050	3 743 235
Rendimento de juros		1 145 453	3 368 295
Ganhos cambiais		2 153 597	374 940
Custos financeiros		(3 952 882)	(5 070 038)
Juros sobre empréstimos		-	(150 147)
Juros nocionais sobre o efeito das provisões ambientais	19	(1 748 493)	(2 647 939)
Prejuízos cambiais		(2 198 350)	(2 266 540)
Despesas bancárias		(6 039)	(5 412)
Custo financeiro líquido		(653 832)	(1 326 803)

Os rendimentos de juros estão relacionados com o depósito a prazo no Standard Bank of South Africa. A CMH investe 90% dos saldos das Contas no Exterior (Contas de Reserva de Capex e Recursos) numa conta de depósito a prazo fixo para ganhar juros. A taxa média dos juros foi de 0,74% (2020: 2,63%).

9. Imposto Sobre o Rendimento

	2021 USD		2020 USD
9.1 Valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos			
Imposto corrente			
Exercício corrente	13 079 677		20 988 482
Imposto diferido			
Origem e reversão de diferenças temporárias ²	(6 653 400)		(8 290 522)
	6 426 277		12 697 960
9.2 Reconciliação da taxa de imposto efectiva			
Lucros antes do imposto	18 243 535		38 033 193
Imposto de acordo com a taxa da empresa 32%	5 837 931	32%	12 170 622
Despesas não dedutíveis 0.35%	65 099	0.1%	40 884
Depreciação não dedutíveis(9.2 a) 39%	7 176 647	23.08%	8 776 976
	13 079 677	55.18%	20 988 482
(9.2 a) Estes custos estão relacionados com despesas de depreciação não dedutíveis, devido à diferença nas taxas de depreciação do ativo mineral.			
9.3 Passivo por imposto diferido			
2021	Saldo líquido 30 de Junho 2021	Reconhecido em lucros ou prejuízos	Saldo líquido 30 de Junho 2020
Propriedade, instalações e equipamento	43 480 638	(6 038 599)	49 519 237
Activos intangíveis	1 661 615	(207 702)	1 869 317
Ganhos cambiais não realizados	118 749	(407 099)	525 848
	45 261 002	(6 653 400)	51 914 402
2020	Saldo líquido 30 de Junho 2020	Reconhecido em lucros ou prejuízos	Saldo líquido 30 de Junho 2019
Propriedade, instalações e equipamento	49 519 237	(8 610 282)	58 129 519
Activos intangíveis	1 869 317	(207 702)	2 077 020
Ganhos/(prejuízos) cambiais não realizados	525 848	527 462	(1 614)
	51 914 402	(8 290 522)	60 204 925

² A variação refere-se a diferenças temporárias originadas pela propriedade, instalações e equipamento, ganhos e prejuízos cambiais não realizadas e por activos intangíveis (direitos de concessão).

	2021	2020
	USD	USD
9.4 Imposto sobre o rendimento (a receber)/ a pagar		
Saldo inicial	8 077 663	8 220 997
Pagamento durante o ano	(24 456 124)	(21 131 816)
Imposto corrente	13 079 677	20 988 482
Saldo final	<u>(3 298 784)</u>	<u>8 077 663</u>

As autoridades fiscais em Moçambique não confirmam a aceitação das declarações de impostos avaliados pelas empresas. Os impostos declarados pelas empresas às autoridades fiscais permanecem em aberto e podem estar sujeito a revisão e ajustamento por um período de cinco (5) anos. O Conselho de Administração é da opinião de que nenhuns ajustamentos significativos ou penalizações resultarão face aos anos em aberto se estes forem sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais.

10. Resultados por acção e dividendos por acção

10.1 Resultados por acção

Os resultados por acção básicos foram calculados com base no lucro após impostos de USD 11 817 258 (Junho 2020: USD 25 335 233) dividido pelo número médio de acções emitidas de 5 934 115 (Junho 2020: 5 934 115).

Os Resultados por acção diluídos são iguais aos ganhos por acção básicos tendo em conta que a empresa não tinha instrumentos financeiros diluitivos à data de relato.

Não houve mudança nos números de acções, durante de ano. O resultados por acção é USD 1.99 (2020: USD 4.27).

10.2 Dividendos por acção

O dividendo por por acção foi de USD 3.13 (2020: USD 8.31).

11. Propriedade, instalações e equipamento

	Edifício – escritórios USD	Veículos e Equipamento USD	Activos de Mineração e CPF USD	Investiment o em curso USD	Total USD
Custo					
Saldo em 1 de Julho de 2019	2 024 101	1 455 226	343 644 426	15 255 045	362 378 798
Adições	-	241 533	307 309	19 630 226	20 179 068
Ajustamento no abandono do local e custo de reabilitação	-	-	(7 696 500)	-	(7 696 500)
Alienação	-	(745 280)	-	-	(745 280)
Saldo em 30 de Junho de 2020	2 024 101	951 479	336 255 235	34 885 271	374 116 086
Saldo em 1 de Julho de 2020	2 024 101	951 479	336 255 235	34 885 271	374 116 086
Adições	-	279 091	61 017	5 625 029	5 965 137
Ajustamento no abandono do local e custo de reabilitação (a)	-	-	(14 765 957)	-	(14 765 957)
Alienação/transferência	-	221 119	(442 237)	160 308	(60 810)
Saldo em 30 de Junho de 2021	2 024 101	1 451 689	321 108 058	40 670 608	365 254 456
Depreciação Acumulada					
Saldo em 1 de Julho de 2019	323 857	1 144 180	145 731 729	-	147 199 766
Depreciação do exercício	40 603	302 281	24 820 330	-	25 163 214
Alienações	-	(745 280)	-	-	(745 280)
Saldo em 30 de Junho de 2020	364 460	701 181	170 552 059	-	171 617 700
Saldo em 1 de Julho de 2020	364 460	701 181	170 552 059	-	171 617 700
Depreciação do exercício	40 664	379 177	24 747 253	-	25 167 144
Alienações	-	(60 810)	-	-	(60 810)
Saldo em 30 de Junho de 2021	405 124	1 019 548	195 299 312	-	196 723 984
Quantia escriturada					
Em 1 de Julho de 2019	1 700 244	311 046	197 912 697	15 255 045	215 179 032
Em 30 de Junho de 2020	1 659 641	250 298	165 703 176	34 885 271	202 498 386
Em 30 de Junho de 2021	1 618 977	432 141	125 808 746	40 670 608	168 530 472

(a) Representa uma diminuição na estimativa para os custos de abandono e reabilitação do local.

A redução do activo de restauração ambiental não é um item de caixa, portanto, não é considerado nos fluxos de caixa das actividades de investimento, na demonstração dos fluxos de caixa.

Os Activo de Exploração e Avaliação e CP compreende 25% da despesa de capital da operação conjunta, nomeadamente: custo de exploração dos furos, custo de conclusão dos furos de produção, custo adicionais de perfuração, custo de desenvolvimento de activos, bem como a CP.

Pressupostos significativos estão envolvidos durante a avaliação de imparidade do activo de exploração e avaliação e CP, incluindo:

- As reservas minerais remanescentes;
- Preços de petróleo e gás no mercado internacional;
- Taxas de juros futuras; e
- Base do processo orçamentário

O ajuste no custo de abandono e reabilitação do local representa a redução no custo estimado devido a mudanças nas taxas de desconto e na mudança na estimativa bruta do passivo de reabilitação.

12. Activos Intangíveis

	Direitos de Concessão USD
Custo	
Em 1 de Julho de 2019	19 234 335
Adições	-
Saldo em 30 de Junho de 2020	<u>19 234 335</u>
Em 1 de Julho de 2020	19 234 335
Adições	-
Saldo em 30 de Junho de 2021	<u>19 234 335</u>
Amortização Acumulada	
Em 1 de Julho de 2019	12 742 037
Amortização do exercício	649 736
Saldo em 30 de Junho de 2020	<u>13 391 773</u>
Em 1 de Julho de 2020	13 391 773
Amortização do exercício	649 736
Saldo em 30 de Junho de 2021	<u>14 041 509</u>
Quantia escriturada	
Em 1 de Julho de 2019	6 492 298
Em 30 de Junho de 2020	<u>5 842 562</u>
Em 30 de Junho de 2021	<u>5 192 826</u>

Os activos intangíveis compreendem os direitos/custos transferidos pela ENH para o projecto de gás (campos de Pande e Temane). Inicialmente os direitos da concessionária estavam em nome da ENH, os quais foram transferidos para a CMH na sua constituição e esses custos estão sendo amortizados ao longo do prazo da concessão.

13. Inventário

	2021 USD	2020 USD
Material de manutenção	990 332	931 135
	990 332	931 135

14. Clientes e outros devedores

	2021 USD	2020 USD
Juros sobre activos correntes das operações Conjuntas	8 635 471	8 818 581
Clientes (Nota 26.2)	8 635 471	8 818 851
Outros devedores	1 629 316	1 211 384
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	685 444	518 739
Pré-pagamentos	378 489	127 532
Reembolso do imposto - ano anterior	565 383	565 383
	10 264 787	10 030 235

15. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2021 USD	2020 USD
Caixa disponível	430	390
Depósitos bancários	132 215 508	134 037 462
Conta <i>On-shore</i> da CMH (i)	16 038 688	12 217 968
Conta de Receitas (ii)	57 778 035	9 663 683
Conta de Reserva para despesas de investimento (iii)	58 371 398	5 837 139
Conta operacional estrangeira (iv)	24 898	25 002
Conta de Reserva para o serviço da dívida	2 489	2 489
Depósitos a taxa fixa	-	106 291 181
	132 215 938	134 037 852

O mecanismo de pagamento e a prioridade de pagamento são os seguintes:

- i. Conta Onshore da CMH (Conta Onshore em Meticais e Conta Onshore em Dólares Norte-Americanos) – a CMH deve transferir das contas de receitas o montante dos custos administrativos que se prêve pagar em Moçambique durante um período de seis meses; desde Janeiro de 2021 as receitas recebidas em Meticais são depositadas na conta onshore e parte da chamada de caixa é paga em Meticais através desta conta.
- ii. A Conta de Receitas - Todas as receitas recebidas em USD são depositadas nesta conta e parte dos pagamentos em numerário são pagos em USD através desta conta. Quaisquer montantes em excesso na Conta de Reserva Capex são transferidos para a Conta de Receitas.

iii. A Conta de Reserva para despesas de investimento - Esta conta é utilizada como reserva por um montante igual ao agregado do custo operacional do projecto e despesas de sustentação para o próximo período de 12 meses e o custo administrativo da CMH para o próximo período de 6 meses. Além disso, até 90% do saldo da Conta de Reserva do Capex pode, de tempos em tempos, ser investido em depósitos a taxa fixa.

iv. A Conta Operacional Estrangeira - Esta conta destina-se à liquidação de taxas e dívidas contra custos operacionais do projecto (denominados em dólares norte-americanos) e os custos administrativos da CMH que são pagáveis fora de Moçambique.

Em 30 de Junho de 2021 todos os montantes eram depositados em contas correntes que não vencem juros.

16. Capital Social

		2021 USD		2020 USD
	%		%	
4 153 880 acções ordinárias autorizadas detidas pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe B)	70	17 700 654	70	17 700 654
1 186 823 acções ordinárias autorizadas detidas pelo Governo Moçambicano, a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe A)	20	5 057 330	20	5 057 330
593 412 acções ordinárias detidas por 1 242 Acionistas privados, a um valor nominal de USD 4.26 por acção (Classe C)	10	2 528 665	10	2 528 665
Total do capital social autorizado, emitido e pago	100	25 286 649	100	25 286 649

A empresa não tem acções preferenciais. As classes de acções descritas não restringem o pagamento de dividendos. Todas as classes de acções tem igual direito de voto.

- Acções de Classe “A” – não são livremente transferíveis, depende do consentimento da Assembleia Geral.
- Acções de Classe “B” – não são livremente transferíveis, depende do consentimento da Assembleia Geral.
- Acções de Classe “C” – são livremente transferíveis entre entidades nacionais através da Bolsa de Valores de Moçambique.

17. Reserva Legal

Nos termos da legislação moçambicana, a empresa é obrigada a transferir 5% dos seus lucros líquidos anuais para uma reserva legal não-distribuível, até ao mínimo acumulado de 20% do capital social. Esta reserva pode ser utilizada para compensar prejuízos e emissão de acções. A empresa cumpriu com os requisitos legais na transferência para a reserva legal, visto que, o saldo da conta de reserva legal atingiu 20% do capital social. O valor acumulado da reserva é de USD 5 057 330 (2020: USD 5 057 330).

18. Reserva de investimento

Trata-se de uma reserva específica estabelecida pelo acionista para fins de investimento. A transferência para reserva de investimento foi aprovada na Assembleia de Geral do dia 11 de Dezembro de 2008. O valor acumulado da reserva é de USD 14 296 822 (2020: USD 14 296 822).

19. Provisões

Esta provisão diz respeito aos custos de abandono e de reabilitação. De acordo com a concessão outorgada, os operadores são obrigados a reabilitar a área no final da vida do projecto. A estimativa actual do custo de abandono do local e de reabilitação foi aumentado com o factor de inflação anual para o tempo remanescente, como para a recuperação local, e tal valor futuro foi descontado (utilizando uma taxa de desconto de 2.0%-2.9%) para chegar ao valor presente dos custos de reabilitação da área do projecto. Há pressupostos significativos que estão envolvidos no processo de estimativa da obrigação de restauração e reabilitação do local, incluindo;

- Elementos de custo no final da concessão;
- Tempo do componente de custo individual;
- Taxa de inflação; e
- Taxa de desconto

Longo Prazo

	2021 USD	2020 USD
Saldo de abertura	77 841 689	70 489 806
Juro nocional	1 743 984	2 183 004
Capitalizado em propriedade, instalações e equipamento	(16 821 127)	5 168 879
Saldo de fecho	<u>62 764 546</u>	<u>77 841 689</u>

Curto Prazo

Saldo de abertura	952 608	13 353 052
Juro nocional	4 502	464 935
Variação na quantia capitalizada em propriedade, instalações e equipamento	2 055 177	(12 865 379)
Saldo de fecho	<u>3 012 287</u>	<u>952 608</u>
Total	<u>65 776 833</u>	<u>78 794 297</u>

	2021 USD	2020 USD
Tempo esperado dos fluxos de caixa futuros		
Dentro de um ano	3 012 287	952 608
1 - 5 anos	25 034 429	22 678 520
Mais de cinco anos	37 730 117	55 163 169
Total	65 776 833	78 794 297

A porção de curto prazo da provisão refere-se aos projectos que irão terminar dentro de 12 meses.

20. Fornecedores e outros credores

	2021 USD	2020 USD
Não-corrente		
Outras contas a pagar	41 802	71 245
Corrente		
Passivos correntes da operação conjunta	5 956 385	4 318 116
Fornecedores	1 697 118	2 257 595
Acrescimos	4 259 267	2 060 521
Outros credores	335 961	271 435
Fornecedores	59 156	36 899
Imposto retido na fonte, IRPS e INSS	229 082	184 190
Acrescimos e outras contas a pagar	47 723	50 346
	6 292 346	4 589 551

21. Saldos entre empresas do Grupo

Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH)	25 047	11 389
	25 047	11 389

O montante a pagar à ENH diz respeito à mensalidade dos serviços técnicos prestados pela ENH de acordo com o acordo de serviços técnicos assinado entre a CMH e a ENH.

22. Transacções com partes relacionadas

Para efeitos destas demonstrações financeiras, as partes são consideradas relacionadas com a empresa se a empresa tiver a capacidade, directa ou indirectamente, de controlar ou co-controlar a parte ou exercer influência significativa sobre a parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. Parte relacionada inclui também as pessoas-chave de gestão pessoal definidas como as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planeamento, gestão e controlo directo ou indirecto das actividades. O pessoal chave da gestão inclui todos os membros do conselho de administração, director executivo e director não executivo. As partes relacionadas com a empresa incluem operações conjuntas, bem como o Governo de Moçambique e a sua entidade relacionada

como a empresa detentora (ENH), detida na totalidade pelo Governo de Moçambique. A empresa é controlada pela Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP (ENH), que detém 70% das acções da empresa, 20% das acções são detidas pelo Governo de Moçambique e os restantes 10% pertencem a acionistas privados. As transacções seguintes tiveram lugar durante o ano, o que resultou nos referidos saldos finais com as partes relacionadas:

Relação com as partes relacionadas	Tipo de transacção	Volume de transacções		Saldo devedor	
		2021 (USD)	2020 (USD)	2021 (USD)	2020 (USD)
Empresa Nacional de Hidrocarbonetos, EP	Prestação de serviços técnicos	110 212	116 623	25 047	(11 389)

Após a aprovação de qualquer Programa de Trabalho e Orçamento, se o Operador assim o solicitar, cada parte deverá adiantar a sua quota-parte dos fundos que se estimam que sejam necessários para as operações do mês seguinte. Cada pedido de fundos deverá corresponder a quantia que o operador estima gastar, nas moedas exigidas, para satisfazer os pagamentos em dinheiro líquidos, deduzidos dos recebimentos em dinheiro, devidos no mês em causa nos termos de Programa de Trabalho e Orçamento. O pedido de fundos incluirá uma estimativa, para efeitos meramente informativos dos fundos necessários dos dois (2) meses subsequentes. As seguintes transacções ocorreram:

	Vendas em Operações Conjuntas Gás e condensado (Nota 6)		Montante recebidos da Entidade Conjunta (JO)		Saldos no final do ano resultantes de compra de serviços, aluguer do escritório e pagamentos efectuados (custos operacionais e activos fixos) Montante a pagar a Entidade Conjunta (Nota 20)	
	2021 (USD)	2020 (USD)	2021 (USD)	2020 (USD)	2021 (USD)	2020 (USD)
Sasol Gas, Petromoc, ENH Kogas, ENH através do joint operations.	65 392 788	87 413 956	-	-	-	-
Operações conjuntas (JO)	-	-	65 056 517	88 337 980	5 956 385	(4 318 116)

Os seguintes montantes foram transferidos para operações conjuntas por conta de pagamentos;

Relação com as partes relacionadas	Tipo de transacção	Montante transacionado	
		2021 (USD)	2020 (USD)
Operações conjuntas (JO)	pagamentos das despesas	15 882 036	39 167 628

Os compromissos de capital relacionado com as operações conjuntas estão descritos na nota 25.

A empresa paga honorários de gestão relacionados com o serviço de um Director Executivo e também honorários para o Director não-executivo da empresa. Realizaram-se as seguintes transacções:

Relação com as partes relacionadas	Tipo de transacção	Montante transacionado		Saldo devedor	
		2021 (USD)	2020 (USD)	2021 (USD)	2020 (USD)
Conselho de Administração	Remunerações	621 137	1 486 971	-	-

A remuneração do Conselho de Administração a curto prazo é de USD 621 137 (2019: USD 1 486 971), enquanto os benefícios pós-emprego são de USD 41 450 (2019: USD40 061). Não houve pagamento pelo custo de rescisão nem pagamentos baseados em acções.

23. Benefícios dos empregados

	2021 USD	2020 USD
Activo do Benefício definido	3 463 542	3 142 000
Passivo do Benefício definido	(3 019 054)	(2 315 736)
Saldo líquido	444 488	826 264

O activo de benefício definido é classificado como ativo não circulante, mas foi classificado como ativo circulante nas demonstrações financeiras de 2020. Os comparativos foram reclassificados nas demonstrações financeiras de 2021.

a. Fundo

O fundo prevê que as pensões sejam pagas em benefícios de reforma ou quantia a pagar em caso de morte enquanto em serviço ou retirada antes da reforma. A idade normal de reforma é 60 anos para homens e 55 anos para mulheres. O Fundo não faz provisão para reforma antecipada, porém, os membros podem se aposentar precocemente por causa de problemas de saúde. As taxas de contribuição são fixadas em termos acordados. Os membros contribuem com 3,0% dos rendimentos pensionáveis por sua vez, a empresa contribui com 8,63%. O saldo, após deduzir os benefícios de risco e os custos operacionais, é alocado para benefício pós-emprego.

O fundo de benefícios definidos é gerido por uma entidade gestora de fundos de pensões, a lei exige que os gestores ajam no melhor interesse dos participantes estabelecendo políticas de investimento. O fundo de benefícios definidos expõe a empresa aos seguintes riscos: actuarial, de longevidade, cambial, taxa de juro e do mercado.

b. Movimentos líquidos benefícios definidos (activos) passivos

A tabela a seguir mostra uma reconciliação dos saldos de abertura para os saldos finais do passivo líquido de benefício definido (activo) e seus componentes.

	Obrigação de Benefício Definido		Justo valor dos Activos do Plano		Benefício Líquido Definido (Activo) Passivo	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
<u>Saldo em 1 de Julho</u>	2 315 736	1 784 891	(3 142 000)	(2 229 061)	(826 264)	(444 170)
<i>Incluindo lucros ou prejuízos</i>	368 398	269 625	(369 459)	(346 432)	(1 061)	(76 807)
Custo do serviço corrente	156 399	40 061	-	-	156 399	40 061
Custo de juros (rendimento)	297 680	229 564	(369 459)	(346 432)	(71 779)	(116 868)
<u>Incluído em Outro rendimento integral</u>						
Ganho Actuarial	172 747	564 278	233 584	-	406 331	564 278
<u>Outros</u>						
Diferença cambial líquida	240 455	(254 799)	(326 251)	305 554	(85 796)	50 755
Contribuições pagas pelos membros e pela empresa	48 257	35 115	(168 055)	(1 046 653)	(119 798)	(1 011 538)
Benefícios pagos	(212 220)	(83 374)	212 220	83 374	-	-
Despesas pagas	-	-	(96 419)	91 218	96 419	91 218
	3 019 054	2 315 736	(3 462 542)	(3 142 000)	(444 488)	(826 264)

Os activos do plano compreendem depósitos a prazo, bilhetes do tesouro e notas promissórias.

c. Passivos de benefícios definidos

i. Pressupostos actuariais

	2021	2020
Taxa de desconto	12.02%	12.02%
Crescimento salarial futuro	6.5%	4.5%
Crescimento futuro da pensão	5.5%	9.5%
Taxa de inflação	5.5%	2.7%

O resumo das estatísticas dos membros para membros activos na data da avaliação é o seguinte:

Intervalo de idade (anos)	Nr. de empregados do sexo feminino	Nr. de empregados do sexo masculino
25-30	1	1
30-35	1	4
35-40	3	3
40-45	-	3
45-50	1	2
50-55	2	-
55-60	-	-

O resumo das estatísticas de associação para o pensionista na data de avaliação é o seguinte:

Intervalo de idade (anos)	Nr. de empregados
58-63	2

ii. Análise de sensibilidade

	Passivo (USD)	Custo do serviço (USD)	Varição percentual no passivo
Crescimento salarial 1% Aumento	3.23	0.11	5.29%
Crescimento salarial 1% diminuição	2.93	0.09	-4.54%
Taxa de juro de avaliação 1% de aumento	2.74	0.08	-10.65%
Taxa de juro de avaliação 1% de diminuição	3.46	0.12	12.91%
Pensão 1% de aumento	3.36	0.11	9.43%
Pensão 1% de redução	2.82	0.09	-8.24%
Mortalidade pós-reforma (2 anos mais jovem)	3.07	0.10	0.06%

iii. Perfil de maturidade

Período	Membros pensionistas e membros activos (% do passivo)
2021 – 2025	5%
2026 – 2030	20%
2031 – em diante	75%

Os benefícios de curto prazo dos empregados são compostos por salários e utilidades, mencionados na nota 7.

24. Classificações Contabilísticas e justo valor

A tabela seguinte mostra as quantias escrituradas e os justos valores dos instrumentos financeiros, incluindo a hierarquia de justo valor. Para os activos financeiros mencionados, a quantia escriturada é uma aproximação razoável do justo valor devido à natureza de curto prazo do instrumento.

30 de Junho 2021

Passivos financeiros não mensurados ao justo valor (USD)

	Nota	Quantia escriturada		Nível 1	Justo Valor		Total
		Outros Passivos Financeiros	Total		Nível 2	Nível 3	
Cientes	14	8 635 471	8 635 471	-	8 635 471	-	8 635 471
Caixa e Equivalentes de Caixa	15	132 215 938	132 215 938	-	132 215 938	-	132 215 938
		<u>140 851 409</u>	<u>140 851 409</u>	<u>-</u>	<u>140 851 409</u>	<u>-</u>	<u>140 851 409</u>

30 de Junho 2020

Passivos financeiros não mensurados ao justo valor (USD)

	Nota	Quantia escriturada		Nível 1	Justo Valor		Total
		Outros Passivos Financeiros	Total		Nível 2	Nível 3	
Cientes	14	8 818 581	8 818 581	-	8 818 581	-	8 818 581
Caixa e Equivalentes de Caixa	15	134 037 852	134 037 852	-	134 037 852	-	134 037 852
		<u>142 856 433</u>	<u>142 856 433</u>	<u>-</u>	<u>142 856 433</u>	<u>-</u>	<u>142 856 433</u>

Mensuração do justo valor

Tipo	Avaliação Técnica	Contribuições significativas não observáveis
Empréstimos bancários (Outros passivos financeiros)	Desconto de fluxos de caixa	Não aplicável

25. Compromissos de Capital

Os compromissos de despesas de capital relativos a investimentos autorizados à data de relato, são os seguintes:

Tempo estimado das despesas	2021	2020
	USD	USD
Dentro de um ano	20 832 106	8 662 679
2 - 5 anos	18 400 271	23 576 509
	39 232 377	32 239 188

Junho 2021	Compromissos autorizados de capital bruto	Autorizados e contratados	Dentro de um ano, Autorizados e não contratados
	USD	USD	USD
Projectos Operações Conjuntas não-incorporadas (JO)			
<i>PPA - PPA Infill Wells (Tranche 1)-Well Y</i>	7 346 417	2 140 234	5 206 183
<i>PPA - PPA Infill Wells (Tranche 2)</i>	19 928 613	821 923	19 106 690
<i>Meric Drilling Campaign</i>	5 447 017	1 174 558	4 272 459
<i>PPA Water Disposal</i>	327 221	-	327 221
Outros projectos	5 064 443	174 878	4 889 565
Custos administrativos da CMH			
Sob a aquisição de propriedade, instalações e equipamento	1 118 666	173 054	945 612
	39 232 377	4 484 647	34 747 730

O saldo acima mencionado corresponde a 25% da despesa de capital do consórcio (JO).

Junho 2020	Compromissos autorizados de capital bruto	Autorizados e contratados	Dentro de um ano, Autorizados e não contratados
	USD	USD	USD
Projectos Operações Conjuntas não-incorporadas (JO)			
<i>PPA – PPA Infill Wells (Tranche 1)-Well Y</i>	5 633 824	3 996 370	1 637 453
<i>PPA – PPA Infill Wells (Tranche 2)</i>	19 951 647	7 266 240	12 685 228
<i>Meric Drilling Campaign</i>	1 922 786	6 559 328	(4 636 542)
<i>PPA Water Disposal</i>	434 956	65 044	369 912
Outros projectos	3 709 592	692 683	3 016 910
CMH administrative costs			
Sob a aquisição de propriedade, instalações e equipamento	586 383	-	586 383
	32 239 188	18 579 665	13 659 344

26. Instrumentos Financeiros e Gestão de Risco

Gestao de risco financeiro

A exposição ao risco cambial, crédito, liquidez e taxas de juro surge no decurso normal do negócio da Entidade. Os riscos da Entidade estão a ser monitorados continuamente. Os instrumentos financeiros, como demonstrados no balanço, incluem os recursos de caixa, clientes e outros devedores, fornecedores e outros credores e empréstimos.

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade para cada um dos riscos acima mencionados, os objectivos da Entidade, as políticas e processos de mensuração e gestão de risco e gestão de capital da Entidade.

O Conselho de Administração tem a responsabilidade de estabelecer e controlar os riscos de gestao da empresa.

As políticas de gestão de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Entidade, para estabelecer os limites de risco apropriados e controlos e para monitorar os riscos e a aderência aos limites. Os sistemas e políticas de gestão de risco são Reexpressos regularmente para reflectirem as alterações às condições de mercado e as actividades da Entidade. A Entidade, através das suas normas de gestão e formação, tem por objectivo desenvolver um ambiente disciplinado e construtivo de controlo, no qual todos os colaboradores compreendam os seus deveres e obrigações.

O Conselho de Administração da Entidade supervisiona como a gestão monitora o cumprimento dos procedimentos e políticas de gestão de risco e efectua a revisão da adequação da estrutura de gestão de risco em relação aos riscos enfrentados pela Entidade.

26.1 Risco de Mercado

O risco de mercado é o risco de surgirem possíveis alterações nos preços do mercado e impacto nos fluxos de caixa futuros do seu negócio. O movimento de preços de mercado que a entidade está exposta incluem taxas de câmbio em moeda estrangeira, taxas de juro e os preços de petróleo e gás natural (Risco de preço de valores de matérias-primas). A entidade desenvolveu políticas com o objectivo de monitorar a volatilidade inerente a essas exposições que são apresentadas abaixo:

26.1.1 Risco Cambial

A Entidade incorre aos riscos como resultado das aquisições efectuadas em moeda estrangeira. A moeda em que a Entidade realiza o seu negócio e que dá origem ao risco cambial é o Metical.

Exposição ao risco cambial

A exposição da Entidade ao risco cambial foi a seguinte, com base nos montantes em moeda nacional:

	2021 MT	2020 MT
Fornecedores	(3 252 357)	(806 265)
Caixa e equivalentes de caixa	958 127 776	41 567 958
	954 875 419	40 761 693

As taxas de câmbio significativas foram aplicadas durante o ano:

Data de Relato	Taxa média		Taxa à vista	
	30 de Junho 2021	30 de Junho 2020	30 de Junho 2021	30 de Junho 2020
MT por USD	70.02	65.31	64.14	70.80

Análise de sensibilidade

Uma diminuição ou aumento de 1% no valor denominado em moeda estrangeira contra o Dólar Norte-americano nas exposições da moeda estrangeira da Entidade, teria o efeito de aumentar ou diminuir o capital próprio dos acionistas, assim como o lucro antes de impostos no valor de USD 148 874 (2020: USD 5 758). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

26.1.2 Risco da taxa de juro

A Entidade está exposta às alterações da taxa de juro sobre os seus empréstimos. A Administração adopta a política de assegurar que os seus empréstimos apresentem taxas de mercado de referência para avaliar o risco da taxa de juro.

	Quantia escriturada	
	2021 USD	2020 USD
Instrumentos de taxa fixa		
Depósitos a taxa fixa	-	106 291 181

Análise de Sensibilidade

Uma diminuição ou um aumento de 1% na taxa de juro sobre os instrumentos financeiros de taxa variável da entidade teria o efeito de acrescer ou decrescer o capital próprio dos acionistas, assim como o lucro antes de impostos no valor de USD zero (2019: USD 27 955). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

26.1.3 Risco de preço de *commodities*

A empresa está exposta a mudanças nos preços de petróleo e gás no mercado internacional. Uma redução de 1% no aumento dos preços teria efeito de aumentar ou diminuir o patrimônio líquido e o lucro após impostos em USD 65 393 (2020: USD 84 414). Esta análise assume que todas as outras variáveis permanecem constantes.

26.2 Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco da Entidade incorrer em perdas financeiras, no caso de um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro não cumprir as suas obrigações contratuais, e for principalmente originado pelas contas a receber de clientes e os depósitos bancários mantidos com instituições financeiras.

A Administração segue uma política de crédito que lhe permite monitorar continuamente a exposição ao risco de crédito. A exposição ao crédito é limitada quando as contas a receber da Entidade são devidas somente pelo parceiro da entidade comum. As outras contas a receber dizem respeito às partes relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pela quantia escriturada de cada activo financeiro no balanço. A Administração trabalha com instituições financeiras com boa reputação para gerir o risco de crédito relacionado com os saldos bancários.

Exposição ao Risco de Crédito

A quantia escriturada dos activos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito. A exposição máxima ao risco de crédito à data de relato:

	2021	2020
	USD	USD
Clientes e outros devedores (Nota 14)	8 635 471	8 818 581
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 15)	132 215 938	134 037 852
Exposição líquida	<u>140 851 409</u>	<u>142 856 433</u>

Os clientes acima mencionados incluíram as vendas ao cliente principal a Sasol Gas, uma subsidiária da Sasol Limited.

A maturidade de saldo dos clientes à data de relato era:

	2021	2020
	USD	USD
Não vencido	<u>8 635 471</u>	<u>8 818 581</u>

Com base nas taxas de incumprimento históricas, a Empresa acredita não ser necessário criar provisão para imparidade de clientes. A Sasol Gas Limited representa 79% (2020: 86%) do rédito da empresa e 65% (2020: 79%) dos clientes devedores em 30 de Junho 2021. A Sasol Gas limited tem mais de 10 anos de negócio com o consórcio.

A classificação e a taxa do ECL são calculadas para cada crédito com base na experiência real de perda de crédito e tendo em vista que, para essas demonstrações financeiras, é utilizada uma presunção de baixo risco de crédito. As informações prospectivas são consideradas com base nas análises e previsões económicas.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco de uma Empresa vir a encontrar dificuldades para satisfazer as suas obrigações financeiras à medida que se vencem.

A abordagem da Empresa no que respeita à gestão de risco de liquidez é de assegurar, tanto quanto possível, que tenha sempre liquidez suficiente para cumprir as suas obrigações quando devidas, quer em condições normais ou de tensão, sem incorrer em perdas inaceitáveis ou criar danos à reputação da Empresa. O risco de liquidez é gerido de forma activa através de projecções do fluxo de caixa, de modo a assegurar a disponibilidade de fundos suficientes para qualquer investimento de curto e longo prazo.

Tipicamente, a Empresa assegura que dispõe de fundos suficientes para satisfazer as despesas operacionais previstas a curto prazo, incluindo o serviço de obrigações financeiras.

As maturidades contratuais dos passivos financeiros, incluindo as datas de pagamento estimadas são as seguintes

	Quantia escriturada USD	Fluxo de Caixa Contratual USD	6 meses ou menos USD	06-12 Meses USD	1-2 anos USD	2-5 Anos USD
30 de Junho de 2021						
Passivos financeiros não derivados	-	-	-	-	-	-
Empréstimos bancários com garantias	(6 292 346)	(6 292 346)	(6 292 346)	-	-	-
Clientes e outros devedores	(6 292 346)	(6 292 346)	(6 292 346)	-	-	-
	<u>(6 292 346)</u>	<u>(6 292 346)</u>	<u>(6 292 346)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	Quantia escriturada USD	Fluxo de Caixa contratual USD	6 meses ou menos USD	06-12 Meses USD	1-2 anos USD	2-5 anos USD
30 de Junho de 2020						
Passivos financeiros não derivados	-	-	-	-	-	-
Empréstimos bancários com garantia	-	-	-	-	-	-
Fornecedores e outras contas a pagar	(4 589 551)	(4 589 551)	(4 589 551)	-	-	-
	<u>(4 589 551)</u>	<u>(4 589 551)</u>	<u>(4 589 551)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

27. Eventos Subsequentes

Após 30 de junho de 2021 até à data de relato, não existem eventos significativos ocorridos que possam necessitar de divulgação ou ajuste nas demonstrações financeiras.

28. Impacto da Covid-19

A pandemia global CoVid-19 que começou durante 2019 tem e continua a ter um impacto adverso na economia Global, bem como nas operações de algumas empresas. Moçambique está a tomar medidas rigorosas para travar a propagação do vírus, incluindo a exigência de auto-isolamento, a implementação de medidas de distanciamento social e a limitação das viagens internacionais ou regionais. Durante o exercício de finalização das demonstrações financeiras, a Empresa não foi significativamente afectada. As perspectivas também parecem mais animadoras com a aprovação de uma série de vacinas em todo o mundo. O impacto do coronavírus está a ser acompanhado de perto e foram implementadas as medidas de precaução necessárias para cumprir os instrumentos governamentais, a fim de mitigar qualquer possível impacto negativo da pandemia de coronavírus nas operações da empresa.

29. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo conselho de administração em 27 de Agosto de 2021.